UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYS MALDONADO"
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

MARLY DE FÁTIMA FERREIRA

A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NOS VOTOS DO STF POR UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA

CÁCERES-MT
2025

MARLY DE FÁTIMA FERREIRA

A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NOS VOTOS DO STF POR UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob orientação do professor Dr. Taisir Mahmudo Karim e coorientação do professor Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares.

CÁCERES-MT

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

F383p Ferreira, Marly de Fátima.
A presunção de inocência nos votos do STF por uma perspectiva semântico-enunciativa / Marly de Fátima Ferreira. - Cáceres, 2025.
74f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado Acadêmico, Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".
Orientador: Dr. Taisir Mahmudo Karim.
Coorientador: Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares.

1. Presunção de Inocência. 2. Semântica da Enunciação. 3. Cena Enunciativa. 4. Significação. 5. Reescrituração. I. Karim, Taisir Mahmudo, Dr. II. Alvares, Lucas Augusto Souza Pinto, Dr. III. Título.

UNEMAT / MT- SCB CDU 81'37:343.131.7(81)

MARLY DE FÁTIMA FERREIRA

A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NOS VOTOS DO STF POR UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvarez
Coorientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Gizeli Veronez da Silva
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Albano Dalla Pria
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Viviane Ferreira Martins
Avaliadora Externa – Universidad Complutense de Madri – UCM

APROVADA EM: ____/____/_____

Aos meus ancestrais, que certamente travaram muitas lutas, tornando possível que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, que, em sua humildade, sempre acreditaram em mim e me ensinaram o valor do estudo e da perseverança.

Em especial à minha mãe, que, por meio de seus exemplos, me ensinou a sonhar alto, mesmo quando os caminhos pareciam estreitos. Ao meu pai, exemplo de coragem silenciosa. À minha família, que me sustentou com amor nos dias difíceis. E a todos que, com um gesto ou uma palavra, me lembraram que eu não estava só.

Dedico ainda este trabalho àqueles que acreditaram no valor do conhecimento, mesmo em momentos em que ele parecia inalcançável. Ao orientador, pelo olhar atento e rigoroso, por ter sido sempre uma base sólida. E a todos os mestres e colegas que enriqueceram este percurso, mesmo nos dias em que minhas forças quase se esgotaram.

Esta tese é também de vocês — fragmentos de amor, luta e esperança costurados em palavras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, Pai Misericordioso, que nos deu Seu Filho muito amado para salvar a humanidade. É pelo Seu amor que seguimos trilhando o caminho do conhecimento.

Manifesto minha profunda gratidão à minha mãe, Felicidade Gonçalves Ferreira, por sua dedicação e apoio incondicional à minha amada irmã, Marcília Gonçalves Ferreira e Silva, e à minha pequena Isabele Vitória Gonçalves Ferreira, que tanto me ensina com seu amor gratuito. Aos meus irmãos, pelos momentos de convivência e pelo incentivo ao longo da minha trajetória.

De modo especial, expresso minha gratidão às minhas cunhadas, cunhado, sobrinhos e sobrinhas, que, com seus olhares esperançosos, renovam minhas energias para um futuro promissor.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação, agradeço pelos exemplos de luta e conquista. Em particular, à Sergilaine, pessoa generosa, leal e ética, minha imensa gratidão. Da mesma forma, aos colegas José Gabriel e Sylvain, pelo apoio constante.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT, que, com sabedoria, compartilharam seus conhecimentos e facilitaram meu aprendizado, meu muito obrigado.

À Banca de Qualificação do Doutorado, composta pelos nobres doutores Giseli Veronêz da Silva, Elisandra Benedita Szubris, Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandez e Lucas Augusto Souza Pinto Álvares, agradeço pelas valiosas contribuições, que nortearam minha pesquisa.

Em particular, ao nobre professor doutor Taisir Mahmudo Karim , pelo incentivo e apoio, meu profundo agradecimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) por seu compromisso com a formação acadêmica, a pesquisa e a valorização do conhecimento. Como parte de uma instituição pública, estadual e gratuita, o Programa desempenha um papel imprescindível na democratização do saber, contribuindo para o avanço científico e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por fim, expresso minha eterna gratidão ao meu querido pai, que não pôde estar presente neste momento, mas que, junto a Deus, sorri por nós. Papai, Dulfe Ferreira (*in memoriam*), este trabalho também é dedicado a você.

“Jesus é condenado à morte. ”

Via-Sacra, Primeira Estações.

RESUMO

Esta tese, inscrita na área de concentração Estudos de Processos Linguísticos e na linha de pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), tem como objetivo analisar a produção dos sentidos no funcionamento enunciativo de "presunção de inocência" em textos jurídicos, à luz da Semântica da Enunciação. Buscamos investigar como essa enunciação, prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, não se estabiliza em um sentido único e definitivo, mas se movimenta na/pela história, atravessada por diferentes condições de enunciação. Além disso, analisamos como a disputa discursiva em torno desse princípio jurídico influencia sua significação no campo jurídico e no imaginário social. A pesquisa fundamenta-se teoricamente na Semântica da Enunciação, desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002, 2011, 2018), que permite compreender que os sentidos não são fixos, mas resultam relações enunciativas originadas nas práticas sociais que atravessam os enunciados. O *corpus* de análise é composto por enunciados jurídicos que mobilizam o princípio da "presunção de inocência", possibilitando a observação de deslocamentos de sentido que evidenciam as articulações entre o direito e os sentidos sociais. Os resultados indicam que a "presunção de inocência" opera em um campo enunciativo tensionado, no qual distintas formações discursivas disputam sua significação. Observamos que essa formulação jurídica não se limita a uma norma fixa, mas está inserida em uma memória enunciativa ampla, que remete a acontecimentos históricos como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Outrossim, evidenciamos que os sentidos de culpa e inocência não são estáveis, mas se configuram na materialidade enunciativa, sendo constantemente ressignificados conforme as condições de enunciação em que são mobilizados. Concluímos que a formulação jurídica "presunção de inocência" não é uma condição ontológica ou um princípio com significado absoluto, mas um efeito de sentido produzido na/pela língua(gem). Seu funcionamento discursivo revela que a noção de inocência não se dá por uma essência fixa, mas por um jogo de relações no acontecimento enunciativo, que determina as diferentes interpretações do princípio jurídico e social.

Palavras-chave: presunção de inocência; semântica da enunciação; cena enunciativa; significação; reescrituração.

ABSTRACT

This thesis, situated within the concentration area Studies of Linguistic Processes and the research line Studies of Meaning-Making Processes in the Graduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), aims to analyze how meaning is produced in the enunciative functioning of the expression "presumption of innocence" in legal texts, through the theoretical framework of the Semantics of Enunciation. The research investigates how this formulation, provided in Article 5, item LVII of the Brazilian Federal Constitution, does not settle into a single or definitive meaning, but instead shifts historically, shaped by different conditions of enunciation. Additionally, the study explores how discursive disputes surrounding this legal principle influence its meaning within the legal field and the broader social imaginary. The research is theoretically grounded in the Semantics of Enunciation, developed by Eduardo Guimarães (2002, 2011, 2018), which posits that meanings are not fixed but emerge from enunciative relations rooted in social practices that traverse utterances. The analytical corpus comprises legal utterances that invoke the principle of the "presumption of innocence," allowing for the observation of semantic shifts that reveal the interplay between law and social meaning. The results show that the "presumption of innocence" operates within a contested enunciative field, where different discursive formations compete for its signification. This legal formulation is not confined to a rigid norm but is embedded in a broader enunciative memory that evokes historical events such as the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen (1789) and the Universal Declaration of Human Rights (1948). Furthermore, the study reveals that the notions of guilt and innocence are not stable categories but are configured through enunciative materiality, being continuously re-signified according to the enunciative conditions in which they are mobilized. In conclusion, the legal expression "presumption of innocence" is not an ontological condition or a principle with absolute meaning, but rather a meaning effect produced in and through language. Its discursive functioning shows that the notion of innocence does not stem from a fixed essence, but from a network of relations established in the enunciative event, which shapes the multiple interpretations of this legal and social principle.

Keywords: presumption of innocence; semantics of enunciation; enunciative scene; signification; rewriting.

RÉSUMÉ

Cette thèse, inscrite dans le domaine de concentration Étude des Processus Linguistiques et dans la ligne de recherche Études des Processus de Signification du Programme de Master et Doctorat en Linguistique de l'Université de l'État du Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), a pour objectif d'analyser la production de sens dans le fonctionnement énonciatif de l'expression « présomption d'innocence » dans des textes juridiques, à la lumière de la Sémantique de l'Énonciation. Nous cherchons à comprendre comment cette énonciation, prévue à l'article 5, alinéa LVII, de la Constitution Fédérale, ne se stabilise pas dans un sens unique et définitif, mais évolue au fil de l'histoire, traversée par différentes conditions d'énonciation. Nous analysons également comment la dispute discursive autour de ce principe juridique influence sa signification dans le champ du droit ainsi que dans l'imaginaire social. La recherche s'appuie théoriquement sur la Sémantique de l'Énonciation, développée par Eduardo Guimarães (2002, 2011, 2018), qui permet de comprendre que les sens ne sont pas fixes, mais résultent de relations énonciatives issues des pratiques sociales qui traversent les énoncés. Le corpus d'analyse est constitué d'énoncés juridiques mobilisant le principe de la « présomption d'innocence », permettant d'observer des déplacements de sens qui révèlent les articulations entre le droit et les significations sociales. Les résultats indiquent que la « présomption d'innocence » opère dans un champ énonciatif sous tension, au sein duquel différentes formations discursives disputent sa signification. Nous observons que cette formulation juridique ne se limite pas à une norme fixe, mais s'inscrit dans une mémoire énonciative étendue, renvoyant à des événements historiques tels que la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen (1789) et la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme (1948). Par ailleurs, nous montrons que les sens de culpabilité et d'innocence ne sont pas stables, mais se configurent dans la matérialité énonciative, étant constamment resignifiés selon les conditions d'énonciation dans lesquelles ils sont mobilisés. Nous concluons que la formulation juridique « présomption d'innocence » n'est pas une condition ontologique ou un principe doté d'un sens absolu, mais un effet de sens produit dans/par la langue. Son fonctionnement discursif révèle que la notion d'innocence ne découle pas d'une essence fixe, mais d'un jeu de relations dans l'événement énonciatif, qui déterminent les différentes interprétations de ce principe juridique et social.

Mots-clés: présomption d'innocence; sémantique de l'énonciation; scène énonciative; signification; réécriture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade 53
Figura 2 – Princípio da não culpabilidade 54
Figura 3 – Página do STF 54
Figura 4 – Seção Jurisprudência 55
Figura 5 – Inteiro Teor de Acórdãos - pesquisa 55
Figura 6 – Resultado da busca do *corpus* 56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 DA SOCIEDADE, DO ESTADO E DO DIREITO 17
1.1 Do Estado: sua formação e características 19
1.2 Dos direitos do homem e do cidadão à Declaração Universal 22
2 DA ORGANIZAÇÃO DO "MUNDO" JURÍDICO, DO DIREITO E DOS PODERES NO BRASIL: STF, JUSTIÇA E DIREITO 25
2.1 O Supremo Tribunal Federal do Brasil 25
2.2 O princípio da Presunção de Inocência e seu histórico 28
2.3 A constituição e o funcionamento enunciativo do STF 30
2.4 Princípio da Presunção de Inocência 31
3 SEMÂNTICA DA ENUNCIAÇÃO: DESIGNAÇÃO, ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO 38
3.1 Do acontecimento e do tempo: enunciação e temporalidade 39
3.2 Espaço de enunciação, o agenciamento do falante e a cena enunciativa 41
3.3 Das línguas e dos falantes: a configuração da cena enunciativa 44
4 FUNDAMENTAÇÃO DO *CORPUS* E ANÁLISES À LUZ DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO 49
4.1 Os votos dos Ministros do STF: textos e relações textuais 49
4.2 Apresentação do material de análise: do "Acórdão" aos votos 51
4.3 Do culpado ao não-culpado: o princípio da inocência em jogo 57
CONSIDERAÇÕES FINAIS 71
REFERÊNCIAS 73

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a expressão “presunção de inocência” em textos que compõem os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação ao artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. Estabelece-se esse objetivo de pesquisa porque, dado o acontecimento em que se enunciam os votos do STF a favor ou contra a prisão em segunda instância, observa-se que são produzidos sentidos distintos a cada enunciação da expressão “presunção de inocência”. Para tanto, adotamos a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002, 2017, 2018), a fim de compreender como os sentidos dessa expressão são construídos na materialidade discursiva do julgamento. O *corpus* selecionado consiste num material específico, que é o da decisão do colegiado do STF, ou seja, pelos votos favoráveis e contrários à prisão em segunda instância, tendo o enunciado “presunção de inocência” como o centro deste funcionamento. O desenvolvimento da pesquisa e das análises nos leva a considerar e fundamentar os modos de funcionamento das relações de articulação e a atravessar o efeito de evidência, a fim de compreender a decisão do caso julgado. Em outras palavras, buscamos compreender como os enunciados são organizados jurídica, linguística e ideologicamente no presente do julgamento, revelando a dinâmica discursiva que envolve a formulação e circulação dos sentidos da “presunção de inocência".

Considerando os discursos que circulam no e pelo imaginário social brasileiro, discursos contrários ao STF, e considerando a observância de que o Superior Tribunal Federal se constitui como o “Guardião da Constituição”, ocupando um lugar na distribuição social como um dos Três Poderes da República Federativa do Brasil, este trabalho não se funda em uma pesquisa de defesa à instituição jurídica do Brasil, mas em observar a produção dos sentidos nos enunciados que dizem sobre a presunção de inocência nos votos dos ministros da Suprema Corte.

Deliberar sobre questões como sociedade, Estado, Poder, política, liberdade, inocência, direito etc., não é tarefa simples, sobretudo em contextos marcados pela heterogeneidade histórica, cultural e política que caracteriza toda e qualquer sociedade, principalmente aquelas que se constituem como democracias políticas, culturais e sociais e que permitem a profusão de ideias, costumes e valores tão distintos. Ao pensarmos aqui em “presunção de inocência”, ou simplesmente em “inocência”, de pronto saltam aos olhos questões jurídicas, políticas, éticas e morais referentes aos valores que circulam e caracterizam as sociedades por modos diferentes, afinal, podemos nos perguntar: o que significa ser inocente? Ou, por outro caminho: o que

significa a “presunção de inocência"? Ou ainda, o que é justiça quando o “justo” pode tomar direções semânticas distintas para um e para outro?

Em algumas sociedades, a organização política/jurídica trata a questão da inocência a partir de seus costumes (como é o caso do direito anglo-saxônico, ou pelo direito costumeiro em relação às leis que “regem” o comportamento dos homens), ou a partir de um direito considerado como “positivado” (“vale o que está escrito”), que regula o comportamento humano a partir de algo já posto, já construído. Por outro lado, algumas sociedades podem julgar alguém inocente até que se prove o contrário, ou culpado até que se prove a inocência. Não importa se foi considerado, antes, inocente ou culpado, haverá sempre uma relação instituída que se faz a partir “dos delitos e das penas”, que será sempre julgada como detentora da inocência ou da culpa pelos delitos cometidos[1].

Desse modo, considerar o tratamento da inocência ou da culpabilidade de alguém por um delito cometido, ou não, é algo que movimenta questões caras (processos de divisões ideológicas que constituem a base do movimento do político) a toda e qualquer sociedade. Diante de uma sociedade marcada pela heterogeneidade histórica, social e discursiva, é possível definir de forma genérica e homogênea o que significa ser inocente ou culpado? Como decidir que a inocência cabe a todos de maneira igual quando o “todos” é constituído por elementos tão distintos? Não se faz tarefa fácil aos “legisladores” e àqueles que discutem, elaboram e certificam a validade das leis e normas de conduta do cidadão numa sociedade. Concomitante a isso, é necessário observar que se tornaria quase impossível uma sociedade funcionar sem um poder instituído, sem suas normas, regras de conduta e relações que são as leis. De fato, esta não se constitui como uma resposta a todas as perguntas realizadas acima, mas nos permite traçar um caminho para podermos buscar respostas pertinentes, para que possamos chegar à consideração dos sentidos da “presunção de inocência” a partir de olhares distintos que se constituem nos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (Ação Declaratória de Constitucionalidade ADC- 43) sobre o tema.

Destarte, a justificativa que nos move a realizar este trabalho é pensar, sob a perspectiva enunciativa, o papel da língua(gem) nos votos dos ministros do STF, viabilizando compreender como as argumentações jurídicas se articulam e são (re)escrituradas nas/pelas decisões e na designação da norma. Com isso, buscamos, por meio dos Estudos dos Processos de

[1] Disponível em: BRANDÃO, Pablo Heringer. Presença e Aplicação do Termo Presunção de Inocência nos Âmbitos Constitucional e Penal: um estudo comparado. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2020. Acesso: 2 fev. 2025

Significação, contribuir para a aplicação do direito, no sentido de que esse princípio é construído e manipulado discursivamente dentro de contextos jurídicos e sociais.

Assim, partindo da premissa de que os discursos sobre a "presunção de inocência" se constituem a partir de pontos de vista distintos, ou seja, por "olhares" e "perspectivas" diferentes, buscamos, a partir de uma mesma instituição nacional, que é o STF, responder ao objetivo proposto (não em sua totalidade, mas de maneira aproximada), considerando as questões postas acima e observando a produção dos sentidos nos acontecimentos enunciativos que se instituem nos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Para tanto, como modo de organização da pesquisa, este trabalho se encontra estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, intitulado "Da sociedade, do Estado e do Direito", buscamos apresentar produções sócio-históricas que contam sobre a formação da sociedade pelos homens, que giram em torno de teorias naturalistas e contratualistas (Dallari, 2003) da formação do Estado como ente soberano e detentor do "poder", assim como a sociedade e o Estado se relacionam com o Direito, observando-se aqui a constituição dos poderes políticos e jurídicos do Estado. Observamos, neste lugar, também questões como a divisão dos poderes do Estado e a formação histórica de um direito do homem, ou dos direitos humanos, que tratam de modo incontornável da inocência do ser/cidadão.

No segundo capítulo, "Da Organização dos Poderes no Brasil: O STF e sua História", analisamos a estrutura do sistema de "freios e contrapesos" no país, considerando a divisão dos poderes, seu funcionamento e a trajetória do Supremo Tribunal Federal, destacando sua significação como "Guardião da Constituição".

No terceiro capítulo, "Semântica da Enunciação: designação, articulação e reescrituração, apresentamos questões pertinentes à teoria à qual nos filiamos para a realização das análises, assim como o funcionamento teórico e metodológico das noções que compõem esta teoria

No quarto capítulo, "Fundamentação do *Corpus* e Análises à Luz da Semântica do Acontecimento", apresentamos uma descrição detalhada do material selecionado para este trabalho, incluindo sua constituição e as sequências enunciativas analisadas, buscando compreender a produção de sentidos e o funcionamento da argumentação nos acontecimentos que compõem nosso *corpus*

Dessa maneira, procuramos apresentar como a leitura de um "mesmo" texto, de um mesmo material, pelo olhar de uma semanticista, pode produzir sentidos distintos a partir de "olhares" díspares constituídos por lugares sociais diferentes no acontecimento de enunciação

que se apresenta numa relação desigual com o real e com a historicidade constitutiva no e pelo funcionamento da linguagem.

1 DA SOCIEDADE, DO ESTADO E DO DIREITO

Aristóteles observa que o homem é um ser que necessita de coisas e dos outros, sendo, por isso, um ser carente e imperfeito, buscando a comunidade para alcançar a completude. A partir disso, ele deduz que o homem é naturalmente político - uma dependência do coletivo. A política é, nesse caso, aparência e ela controla seu fim na pacificação social. Se, por exemplo, o governante está diante da possibilidade de um levante popular, então, ele deve fazer como se governasse para o povo, neutralizando o conflito (Guimarães, 2002, p. 15). Por mais que não entendamos as razões históricas do início da vida em sociedade, sabe-se que os seres humanos vivem em companhia com outros, formando, assim, comunidades de humanos que, mais tarde, constituir-se-iam em sociedades humanas. É assim inevitável que se considere que o homem sempre viveu nisso que chamamos de sociedade, compartilhando certos valores e certas normas em comum e com uma finalidade universal: alcançar o bem-comum (Dallari, 2003).

É cabível considerar aqui que viver em sociedade é viver de acordo com certas regras de conduta, respeitando-se o direito do "outro" e seguindo valores morais e éticos. Isso significa, em certa medida, uma sociedade ideal. Contudo, é preciso observar que a formação do que se chama sociedade não se fez por um simples e raso desejo, mas por uma necessidade, algo como necessário à continuidade e às relações humanas. E, portanto, é preciso observar que:

> A vida em sociedade traz evidentes benefícios ao homem, mas, por outro lado, favorece a criação de uma série de limitações que, em certos momentos e em determinados lugares, são de tal modo numerosas e frequentes que chegam a afetar seriamente a própria liberdade humana. E, apesar disso, o homem continua vivendo em sociedade" (Dallari, 2003, p. 9).

Nessa direção, é possível observar que cada homem é detentor de um *jus naturale* (Hobbes, 2007), que significa a liberdade que cada ser humano possui para usar seu poder que é próprio, do modo como quiser. E é essa liberdade, esse direito natural que todo homem tem ao nascer que sofre certas limitações inerentes à própria vida em sociedade. Nesses termos, pode-se verificar posições distintas quanto ao surgimento da sociedade humana, uma que considera a ideia de uma sociedade natural e a outra que defende a ideia de sociedade como resultado de uma escolha particular dos homens.

Retomando-se aqui aquilo que dissemos no início deste capítulo, observa-se que:

> O antecedente mais remoto da afirmação clara e precisa de que o homem é um ser social por natureza encontra-se no século IV a.C., com a conclusão de ARISTÓTELES de que 'o homem é naturalmente um animal político'. Para o filósofo grego, só um indivíduo vil ou superior ao homem procuraria viver isolado dos outros homens sem que a isso fosse constrangido (Dallari, 2003, p. 10).

Na mesma direção, o autor, ao citar Cícero, mostra-nos que o ser humano não nasceu para viver isolado e que a este é inerente um certo instinto de "sociabilidade" que lhe é inato (Dallari, 2003). Seguindo-se uma corrente naturalista, observa-se que, para Ranelletti, "[...] o homem é induzido fundamentalmente por uma necessidade social, porque o associar-se com outros seres humanos é para ele condição essencial de vida" (Ranelletti, 1932 *apud* Dallari, 2003, p. 7). O homem pode se beneficiar do compartilhamento de energia, conhecimentos, técnicas e experiências com outros homens vivendo em sociedade. É uma forma de convivência não só de alienação de seus direitos naturais, como a liberdade, mas de cooperação, de busca para atingir e manter sua existência.

Em contraposição à ideia naturalista de sociedade, observam-se as correntes contratualistas, ou seja, aquelas que concebem a sociedade como fruto de um contrato celebrado entre os homens, baseado em um "desejo" e em uma "escolha", e não como uma necessidade naturalmente inerente ao ser. Pensadores como Hobbes, Rousseau e Montesquieu defendem essa concepção, partindo da noção de um "estado de natureza" anterior à constituição da vida em sociedade. Para Hobbes (2007), a saída desse estado seria por meio da figura de um soberano com poderes absolutos, instituído a partir da transferência de direitos individuais, capaz de por fim à "guerra de todos contra todos". Já para Montesquieu (2000), neste estado natural, o homem se sente fraco e atemorizado, tendo a paz como a lei natural por princípio, seguindo o princípio da igualdade entre os homens. Rousseau (1996) dá primazia à bondade humana no estado de natureza.

Nessa direção, Rousseau afirma que:

> [...] a ordem social é um direito sagrado que serve de base para todos os demais, mas que esse direito não provém da natureza, encontrando seu fundamento em convenções. Assim, portanto, é a vontade, não a natureza humana, o fundamento da sociedade (1996, p. 9).

Conforme Rousseau (1996), se o "gênero humano" não mudasse de vida, ou seja, se não congregasse forças para sair desse estado de natureza, que é obstáculo de sua própria conservação, esse gênero pereceria. Para Rousseau (1996), é preciso, então:

> Achar uma forma de sociedade que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual unindo-se cada um a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo e fique tão livre como antes. Tal é o problema fundamental que resolve o contrato social (p. 29).

Dessa forma, os direitos dos "associados" são alienados pelo bem, ou em favor de toda a comunidade, ou seja, de toda a sociedade. É, assim, pela natureza do "ato" que determina o "contrato" e que produz aspectos morais e coletivos que se forma o Estado como soberano. Observando, ainda, o fato de o homem ser um animal tanto social quanto político, Arendt (2007, p. 31) diz que "Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens". Nesse ponto, a autora considera a ação como uma forma de condição de existência do ser no mundo com outros seres, Contudo, no limite, deve-se considerar que os homens agem para, com e por outros homens em sociedade.

Entretanto, há algo que devemos aqui nos perguntar – e não apenas perguntar, mas também responder: qual a necessidade de falar em formação da sociedade ou mesmo de sociedade para chegarmos ao ponto central aqui, que é a "presunção de inocência" nos votos dos ministros do STF? É fato que os homens são dotados de paixões e desejos que se fazem tanto pela fé quanto pela razão. Dessa maneira, tomamos aqui o surgimento da sociedade como uma forma de controle dos homens, de suas paixões e de seus desejos, a partir da ordem e da lei, seja por agrupamento natural ou contratual, que condicionam as atividades e as relações humanas em sociedade. Decisões como as que são tomadas pelo Supremo Tribunal Federal afetam e condicionam as condutas e os comportamentos dos homens em sociedade em maior ou menor grau, a julgar a importância e o peso do objeto discutido.

Assim, vivemos em sociedade na companhia de outros homens e numa estreita relação com toda e qualquer instituição pública e/ou privada, com maior ou menor intensidade. As matérias tratadas pela Suprema Corte brasileira são de interesse do povo como um todo, pois são decisões e discussões que podem afetar, direta ou indiretamente, uma parcela da população. A sociedade é o lugar de circulação das leis e o lugar onde seus efeitos e aplicabilidade se constituem como parte da vivência social. Vejamos, então, como se constitui outro elemento decisivo para que se possa pensar em lei, sua eficácia e funcionamento: o Estado.

1.1 Do Estado: sua formação e características

Há algo que nos interessa quanto às questões que concernem à formação do Estado e que se funda em seus elementos primordiais. Tendo visto que as sociedades são formadas ou por ideias naturalistas ou contratuais, observa-se que, não obstante, a sociedade exerce certo controle sobre as atividades humanas e o comportamento dos homens nas relações mútuas. E isso ocorre pelo fato de existir uma espécie de "transferência" de poder do povo a uma figura central, que reúne a soma das vontades individuais numa única representação coletiva. Desse modo, fica evidente que os desejos, as vontades e os direitos de todos são depositados numa instância maior, personificada outrora na figura do soberano absoluto – o monarca – e, hoje, nas formas de governo existentes, representada por autoridades como o Presidente, o Primeiro-Ministro etc.

Contudo, retomando o que foi dito anteriormente, um Estado é formado por, pelo menos, 4 elementos imprescindíveis para sua existência: soberania, território, povo e finalidade (Dallari, 2003). De certa forma, a soberania se destaca por ser o elemento que consolida o poder do Estado como tal e se mostra como sendo a que define a autodeterminação e o direito de não intervenção do próprio Estado. A soberania é um elemento que se confunde, assim, com o surgimento do considerado Estado moderno, despertando:

> [...] a consciência para a busca da unidade, que afinal se concretizaria com a afirmação de um poder soberano, no sentido de supremo, reconhecido como o mais alto de todos dentro de uma precisa delimitação territorial. Os tratados de paz de Westfália tiveram o caráter de documentação da existência de um novo tipo de Estado, com a característica básica de unidade territorial dotada de um poder soberano (Dallari, 2003, p. 70).

Nessa perspectiva, a soberania do Estado constitui-se como um poder essencial para sua organização jurídica, política e cultural dentro de seu território, assegurando-se a validade de suas decisões de forma universal, desde que respeitados os limites éticos da convivência (Dallari, 2003). A partir de 1648, com o fim da Guerra dos Trinta Anos e a consolidação da soberania como princípio estruturante do Estado moderno, estabelece-se uma unidade política dotada de direitos e poderes caracterizados pela inalienabilidade, indivisibilidade e imprescritibilidade.

Tomando, então, o fato de que um Estado exerce um tipo de poder soberano com características de autodeterminação e de direito de não intervenção, e tomando como exemplo o Estado brasileiro, temos que este detém em sua constituição o direito de determinar o funcionamento e o exercício de sua soberania num determinado território, para um certo povo (que é o povo brasileiro e aqueles que aqui vivem, estrangeiros), com uma certa finalidade, e

nenhum outro Estado tem o direito de intervir em suas decisões internas, desde que se atente à ética de convivência e aos tratados internacionais assinados e depositados juntos ao sistema jurídico nacional.

Dessa maneira, temos que o Brasil é um Estado soberano que se organiza por maneiras específicas, com suas formas e sistemas de governo; é um país presidencialista e uma república democrática; constitui-se como um Estado laico, permitindo o exercício e práticas religiosas diversas; é uma federação, ou seja, constituído por unidades federativas providas de certas autonomias; e se organiza política e juridicamente a partir daquilo que Montesquieu (2000), em *O Espírito das Leis*, definiu como a separação dos poderes:

> Existem em cada Estado três tipos de poder: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes e o poder executivo daquelas que dependem do direito civil. Com o primeiro, o príncipe ou o magistrado cria leis por um tempo ou para sempre e corrige ou anula aquelas que foram feitas. Com o segundo ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, previne invasões. Com o terceiro, ele castiga os crimes, ou julga as querelas entre os particulares. Chamaremos a este último poder de julgar e ao outro simplesmente poder executivo do Estado (Montesquieu, 2000, p. 167-168).

A separação mencionada anteriormente reflete uma busca por equilíbrio entre as instituições do Estado, sendo importante lembrar que o poder é uno e indivisível. Ou seja, trata-se de um mecanismo pelo qual um poder limita os abusos do outro, por meio da distribuição e definição de atribuições e competências específicas (Montesquieu, 2000). Na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, o Art. 2º, do TÍTULO I, afirma: "São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" (Brasil, 1988, p. 11). Dessa forma, o Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito (conforme o Art. 1º da CF de 1988), garante que, no funcionamento de suas instituições, a independência e a harmonia entre os "poderes" da União previnam abusos de poder entre eles.

Como veremos adiante, o Supremo Tribunal Federal, que se constitui como a suprema corte do Brasil – reconhecendo que existem outros tribunais regionais, por exemplo – exerce certas funções específicas, como votar matérias de inconstitucionalidade de lei, processar, julgar etc., fazendo, assim, valer a Carta Magna do Estado Brasil. E, no que tange ao tema da "presunção de inocência", cabe ao STF debater e julgar procedente ou não, constitucional ou não, por meio de votos dos magistrados pertencentes à instituição. Um Estado Democrático de Direito, uma República Democrática, uma Federação Democrática etc., só se faz democrática

de fato quando há essa separação, independência e harmonia entre os "poderes" do Estado descartando-se em sua constituição qualquer tipo de "confusão" no exercício das funções.

As sociedades e os Estados soberanos são muitos e distintos entre si. Desde o período de Westfália até os dias atuais, muitos Estados e muitas sociedades se fizeram, se perderam, se transformaram com o tempo e no tempo. O Brasil não está fora dessas transformações. Desde sua independência e desde sua primeira Constituição (1824), que apresentava um "Poder Moderador" nas mãos do Soberano, até a elaboração e promulgação da Constituição Cidadã de 1988, houve um período de ditadura militar na qual essa harmonia era pura e simplesmente simbólica na Constituição Nacional, algo similar ao que ocorre em outros Estados pelo mundo.

É importante observar que hoje o Brasil é um Estado soberano e democrático de direito, que organiza e reorganiza seu funcionamento dentro de um limite territorial respeitando-se também limites éticos de convivência pacífica e democrática. Tem como órgão competente para julgar, processar e guardar as leis o Supremo Tribunal Federal, melhor apresentado no próximo item.

1.2 Dos direitos do homem e do cidadão à Declaração Universal

Tendo sido abordadas questões que versam sobre o surgimento da sociedade e também do Estado, com certas particularidades, passamos agora, de modo breve, a tratar de alguns aspectos referentes ao ser humano, enquanto principal agente na formação desses dois elementos – sociedade e Estado – imprescindíveis para a convivência minimamente pacífica nas relações sociais.

Se buscarmos na história da civilização humana – e aqui não tratamos de história das civilizações em particular, mas da humanidade de modo universal, a prática da violência se revela notória nas relações entre os homens. Antes da formação dos Estados modernos, tal como os conhecemos hoje, os grandes impérios concentravam em seus imperadores o poder político, religioso e judicial. A escravidão era algo comum, assim como as invasões, roubo, estupro e o simples ato de matar o inimigo, sem qualquer possibilidade de retaliação, era algo socialmente aceito. Histórias como essas podem ser vistas ao tomarmos leituras que narram as Guerras do Peloponeso, Púnicas, as conquistas bárbaras e as invasões de Gêngis Khan, por exemplo (Magnoli, 2006).

Modernamente, é possível observar o que, para nós, agora é um absurdo, as campanhas além-mar de colonização europeia, a tomada dos povos africanos como escravos durante os séculos XVI, XVII e XVIII e o assassinato de vários índios no Brasil durante o mesmo período

até os dias atuais, e a afirmação de superioridade do homem branco em relação aos homens negros; nos avanços na América do Norte contra os indígenas daquele lugar, matando-os por apenas buscarem a defesa de seu território ancestral; as diversas guerras que se modernizaram e ceifaram as vidas de milhões de pessoas no decorrer dos anos.

Narrar toda a história da violência humana não é tarefa simples e se tornaria algo aterrorizantemente exaustivo. Os exemplos mencionados ilustram, de forma pontual, como a humanidade avançou a passos lentos rumo a uma "evolução" civilizacional e jurídica, no que diz respeito àquilo que torna a humanidade, de fato, humana: o ser humano, sua vida e seus direitos. Dois acontecimentos são marcadamente notórios nesse processo de consolidação de um direito exclusivo do ser: a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão apresenta, em seus enunciados, uma defesa inovadora e singular da liberdade do homem e dos direitos naturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos busca, além dos direitos assegurados na primeira, a segurança do direito à vida, à proteção e à liberdade.

As duas declarações têm algo em comum em sua existência enquanto documento de proteção ao ser humano: são enunciadas após acontecimentos violentos que impuseram aos homens condições "indizíveis" de vida, como se fosse um padrão o fato de que algo bom só se cria após a ocorrência de algo profundamente ruim. Não há um número preciso, devido ao tempo e às condições, de quantas pessoas morreram durante a Revolução Francesa. Contudo, há uma estimativa de que aproximadamente 18.000 pessoas morreram[2] somente na "guilhotina", num período de 10 anos. Quanto à Segunda Guerra Mundial, a estimativa é de que aproximadamente 40 milhões de pessoas tenham perdido suas vidas entre 1939 e 1945[3]. As diferenças entre os dois eventos são gritantes, mas também o são as armas, as estratégias e táticas, os motivos envolvidos e o número de países participantes.

Esses documentos são instrumentos que visam assegurar os direitos fundamentais do ser humano, seja na sociedade doméstica ou internacional, como a liberdade e o direito à vida. Contudo, há algo que circula como causa desses acontecimentos e de tantos outros que se fazem na conduta humana de um modo geral: a relação entre a culpa e a inocência. Quem foi o culpado ou o inocente na/da Revolução Francesa? Quem foi, ou quais foram, o/os culpado(s) e inocente(s) na/da Segunda Guerra Mundial? E na sociedade doméstica/civil de um Estado soberano, quais são, ou quem é, o(s) culpado(s) ou inocente(s) nos acontecimentos que se dão

[2] Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080325_guilhotinalista_ac. Acesso em: 2 fev. 2025.
[3] Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750022. Acesso em: 2 fev. 2025.

nas relações sociais? Há uma espécie de "fosso profundo" na relação dicotômica/antonímica entre os sentidos linguísticos de culpa e inocência. É justamente para definir, da melhor forma possível, o que significa ser culpado ou inocente que se instalam tribunais e se produzem instrumentos jurídicos – como declarações, leis, códigos e constituições – com o objetivo de preservar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana, bem como de regulamentar a privação desses mesmos direitos.

E por transitarem, a culpa e a inocência, no "reino" das discussões jurídicas, buscamos aqui observar a produção dos sentidos nas disputas que se fizeram/fazem presentes no material que selecionamos como objeto de análise: os votos dos Ministros do STF sobre o direito da "presunção de inocência" e os modos como esse princípio é julgado. Antes, contudo, apresentamos uma breve consideração acerca do Supremo Tribunal Federal, que se constitui como um dos "três poderes" no/do Brasil, e analisamos como essa discussão se configura nesse âmbito jurídico.

Em síntese, a presunção de inocência, princípio fundamental do direito penal, encontra respaldo tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) quanto na Constituição Federal de 1988, embora sob a denominação de "não culpabilidade". A DUDH, em seu artigo 11, assegura que "qualquer pessoa acusada de um ato delituoso tem direito a ser presumida inocente até que se prove sua culpa", estabelecendo, assim, a presunção de inocência como um direito universal. Já a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 5º, inciso LVII, consagra a "não culpabilidade", que determina que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (Brasil, 1988), reforçando-se a ideia de que a culpabilidade deve ser declarada apenas após o esgotamento de todas as instâncias legais. Essa evolução normativa, desde a DUDH até a Constituição brasileira, reflete a construção histórica do princípio, que se desloca e se adapta conforme as condições sociopolíticas e jurídicas de cada época, imprescindível para a garantia das liberdades individuais no processo jurídico[4].

[4] Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/principio-da-presuncao-da-inocencia. Acesso em: 3 mar. 2025.

2 DA ORGANIZAÇÃO DO "MUNDO" JURÍDICO, DO DIREITO E DOS PODERES NO BRASIL: STF, JUSTIÇA E DIREITO

Tendo observado certas questões que dizem respeito à sociedade, ao seu surgimento, bem como ao Estado, seus elementos, suas divisões e características, passamos, a partir de agora, a abordar, de modo mais específico, os dizeres acerca do Supremo Tribunal Federal, que se destaca como um dos poderes da União na/pela divisão e organização dos poderes no Brasil. Contudo, tomamo-lo também como um lugar de enunciação, remetido ao real, exposto ao real em sua relação linguística (simbólica), isto é, enquanto acontecimento de língua(gem). É nesse sentido que se justifica a importância de se tratar o Estado como uma unidade política e jurídica independente, no interior da qual se constitui o que consideramos ser a sociedade – espaço em que circulam discursos de natureza tanto política quanto jurídica. Por outro lado, é central compreender aqui o que é o STF e como ele funciona, dada a natureza do material selecionado para esta pesquisa: os votos dos ministros nesse espaço institucional.

Como vimos acima, o Brasil se organiza como Estado observando, além de seus elementos essenciais de existência – soberania, território, povo e finalidade – a divisão dos poderes/funções da União, constituindo-se, assim, um sistema conhecido como de "freios e contrapesos", no qual um "poder" limita as atuações de outro, e vice e versa. Esse sistema de equilíbrio impede que, por exemplo, o Executivo acumule poderes suficientes para "ofuscar" as funções do Judiciário e/ou do Legislativo – e o mesmo se aplica a esses dois últimos. Conforme, Montesquieu (2000), a cada poder cabe uma função específica, e, portanto, a cada um se impõe um limite de ação, visando-se atingir a harmonia entre os três.

Dada tal organização e movimento de equilíbrio entre as instituições democráticas do país, passamos, então, a conhecer um pouco mais sobre o "guardião da Constituição" do Brasil.

2.1 O Supremo Tribunal Federal do Brasil

Conforme o site do próprio STF[5], no início da colonização do Brasil, na década de 1530, foram concedidas capitanias hereditárias por "cartas de doação", acompanhadas de seus respectivos "forais". Essas medidas constituíram as primeiras formas de organização política e

[5] Disponível em: https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico. Acesso em: 3 mar. 2025.

judiciária do Brasil. Conforme o mesmo site, o fracasso desse sistema levou à necessidade de outras alternativas, sendo, então, criado, por D. João III, em 1548, o "Governo-Geral", instituído com base em quatro regimentos[6].

Já no ano de 1587, foi criado na colônia o primeiro "Tribunal da Relação", na cidade de Salvador. Contudo, como seus integrantes não chegaram a desembarcar no Brasil, o tribunal não chegou a ser instalado. Dessa forma, "Somente em 1609, D. Filipe III expediu alvará ordenando que se constituísse na mesma cidade a Relação do Brasil. Suprimida em 1626, ela foi restaurada em 1652 por D. João IV"[7]. Visando a mudança da capital do país para o Rio de Janeiro, aproximadamente um século mais tarde, em 1751, é criada a Relação do Rio de Janeiro, o que fez com que a Bahia perdesse o título de Relação do Brasil. Já em 1763, a sede do Governo-Geral é transferida da Bahia para o Rio de Janeiro de fato.

Com a vinda da família Real portuguesa para o Brasil, fugindo das campanhas napoleônicas, tornou-se inviável levar os agravos jurídicos à "Casa da Suplicação" de Lisboa, pois a sede da coroa portuguesa se estabeleceria no Brasil a partir de 1808. Com isso, por alvará do príncipe regente, D. João-converteu a Relação do Rio de Janeiro em "Casa da Suplicação do Brasil". Desse modo:

> I – A Relação desta cidade se denominará Casa da Suplicação do Brasil, e será considerada como Superior Tribunal de Justiça para se findarem ali todos os pleitos em última instância, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mesas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas, nos termos restritos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis e mais Disposições. E terão os Ministros a mesma alçada que têm os da Casa da Suplicação de Lisboa [...][8].

É interessante observar que, já nesse período, se enuncia o nome de uma instituição com a função de um "Superior Tribunal", antecipando-se a ideia de um órgão máximo do Judiciário. Também é importante destacar que as ideias iluministas e os ideais da Revolução Francesa já circulavam pelo globo, afetando diversas nações, suas organizações e modelos de governo e pensamento.

---

[6] "Governador-Geral, Provedor-Mor, Ouvidor-Geral e Provedores Parciais". Disponível em: https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico. Acesso em: 3 fev. 2025.
[7] Ver o site do STF em questão.
[8] Site do STF (Idem).

Adiante, com a Proclamação da Independência do Brasil, o país outorgou sua primeira Constituição nacional, no ano de 1824, que estabelecia a divisão dos poderes – Legislativo, Executivo Judiciário – e ainda instituía um quarto poder: o "Poder Moderador", exercido pelo Imperador.

Assim, com a constituição formal do Brasil como Estado soberano e a definição de suas estruturas de poder, afirmava-se na Constituição de 1824:

> Na Capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juízes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o título de Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daqueles que se houver de abolir.

Este tribunal de justiça existiu como tal de 1829 até 1891, e foi integrado por 17 juízes, como retratado na citação anterior. Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição Provisória, em 1890, surge, pela primeira vez, a menção ao "Supremo Tribunal Federal", que passa a organizar a justiça federal do Brasil.

Já com a Constituição de 1891, o STF passa a ser composto por 15 juízes, nomeados pelo Presidente da república com a aprovação posterior dos senadores.

Há na história do Supremo Tribunal Federal um processo de nomeações e de renomeações a depender dos acontecimentos políticos históricos e das Constituições que se enunciam, assim como o número de membros da Corte. Após a revolução de 1930, o número passou de 15 para 11 membros. A Constituição de 1934 mudou o nome da instituição para "Corte Suprema", mantendo os 11 ministros. Já em 1937, voltou a se chamar "Supremo Tribunal Federal". O interessante é que a cada nomeação/renomeação e a cada nova Constituição, os artigos dedicados à instituição também mudavam, em ordem na suprema Carta e também em quantidade. Na Carta de 1891, foram dedicados os artigos 55 a 59; na de 1934, 73 a 77; em 1937, os artigos de 97 a 102; 1946, do 98 ao 102; em 1988, os artigos de 101 a 103[9].

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), foi promulgada a Constituição de 1967, além da edição dos Atos Institucionais (de n^0 1 a 6), que alteraram significativamente o funcionamento das instituições democráticas, inclusive o STF.

---

[9] No artigo do site do STF, não há nada sobre os artigos dedicados ao STF nas Constituições do período da ditadura militar, apenas o aumento no número de ministros para 16 e depois o retorno ao número de 11 ministros.

Com o retorno ao período democrático, foi promulgada a Constituição de 1988, conhecida também como "Constituição Cidadã", que conferiu novo destaque ao STF, fortalecendo sua função de "guardião da Constituição" e ampliando suas competências no controle da constitucionalidade das leis e na proteção dos direitos fundamentais.

Tendo abordado brevemente a história e a consolidação do STF como um dos três poderes constitucionais da República, e considerando sua importância na preservação da Constituição Federal e no emprego de suas normas, é preciso compreender um pouco mais de perto como funciona o STF atualmente, como estão dispostos os seus ministros, e como ocorrem as votações de matérias relevantes para a sociedade brasileira e para o funcionamento político-jurídico do Estado.

2.2 O princípio da Presunção de Inocência e seu histórico

A condição de inocente do indivíduo é um direito universal que emana da dignidade da pessoa humana. A condição de se considerar inocente foi positivada em/no ordenamento e em outros institutos alienígenas, de modo que, se parte da premissa, é um direito universal. Segundo Norberto Bobbio (2004, p. 19), esses direitos são universais. O Princípio da Presunção de Inocência presume o cidadão inocente, e não culpado, até o trânsito em julgado de sentença condenatória. Limita que uma sentença condenatória tenha efeitos antes de esgotados todos os recursos. Já Sanches Cunha (2015, p. 96):

> [...] uma situação é a de presumir alguém inocente; outra, sensivelmente distinta, é a de impedir a incidência dos efeitos da condenação até o trânsito em julgado da sentença, que é justamente o que a Constituição brasileira garante a todos [...].

Grande parte da doutrina possui entendimento de que o Princípio de Inocência se coaduna com a exigência do trânsito em julgado de qualquer recurso, inclusive os dirigidos às instâncias superiores, ainda que se trate apenas de matéria de direito, como ocorre nos recursos extraordinário e especial.

A não culpabilidade do indivíduo foi historicamente posta à prova, desde os primórdios da civilização. A comprovação da culpabilidade, e não da inocência, era o grande objetivo nos julgamentos, em que o ônus de provar a própria inocência recaía, muitas vezes, sobre o acusado.

Foi nesse período que a tortura se inseriu como um instrumento utilizado pelo Estado para obter confissões, como observado no livro "Dos Delitos e das Penas" (Beccaria, 1764, p. 23):

> Sendo assim, o inocente exclamará, então, que é culpado, para fazer com que não continue com as torturas, que já não pode suportar; e o mesmo meio empregado para distinguir o inocente do criminoso fará desaparecer toda diferença entre ambos. A tortura é muitas vezes um meio seguro de condenar o inocente fraco e de absolver o celerado robusto. É esse, de ordinário, o resultado terrível dessa barbárie que se julga capaz de produzir a verdade, desse uso digno dos canibais, e que os romanos, mau grado a dureza dos seus costumes, reservavam exclusivamente aos segregados, vítimas infelizes de um povo cuja feroz virtude tanto se tem gabado.

Com o avanço das sociedades civis e a evolução das garantias fundamentais, após a Constituição de 1988, consolidou-se o entendimento de que a execução da pena deve ocorrer somente após o esgotamento de todos os recursos. Esse entendimento foi reafirmado no julgamento do *Habeas Corpus* 84.078/MG (STF, 2009), quando o STF, por sete votos a quatro, decidiu que o Princípio da Presunção de Inocência é incompatível com a execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação, incluindo-se aí os recursos às cortes superiores. Falando sobre essa jurisprudência, explanou o ministro Teori Zawascki, quando do julgamento no STF do HC 126.262 (2016, p. 7):"A alteração dessa tradicional jurisprudência [...] por sete votos a quatro, assentou-se que o Princípio da Presunção de Inocência se mostra incompatível com a execução da sentença antes do trânsito em julgado da condenação."

Continuando nessa construção constitucional do Princípio da Presunção de Inocência, em 2011, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, dentre eles o artigo 283 (Brasil, 2016), que aduz os casos em que se pode privar o indivíduo de sua liberdade:

> Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso de investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

A aplicação do Princípio de Presunção de Inocência pode ocorrer na fase probatória[10], etapa na qual o réu possui o direito de permanecer calado (artigo 5º LXIII da CF/88) e faz jus

[10] A fase probatória, no Direito, é a etapa das partes apresentarem nos autos as provas para garantir o contraditório e a ampla defesa.

ao benefício do *in dubio pro reo*, segundo o qual, depois do devido processo legal e na hipótese de dúvida do magistrado ou das provas serem consideradas insuficientes, considera-se inocente o réu.

O *in dubio pro reo* é regra emergente do Princípio da Presunção de Inocência, cabendo à acusação toda a carga probatória contra o réu, não restando qualquer dúvida razoável. Caso não o faça, subsistindo a dúvida, tem-se considerado que a acusação não se desincumbiu de seu ônus, devendo-se considerar presumido o processado inocente. Ainda nessa fase, o tratamento ao acusado também é ligado ao Princípio de Inocência, na medida em que, enquanto não for definitivamente condenado, não pode ser tratado como culpado, restringindo-se apenas o mínimo nos direitos possíveis.

2.3 A constituição e o funcionamento enunciativo do STF

Hoje o Supremo Tribunal Federal continua a funcionar com seus 11 ministros indicados pelo Poder Executivo para a investidura do cargo e passando pela chamada "sabatina" do Senado Federal para aprovação ou não de sua titularidade. Para assumir o cargo, o cidadão/a cidadã deve ter entre 35 e 70 anos de idade, possuir um "notável saber jurídico" e comprovar "reputação ilibada".

Quanto às atribuições da Corte, estão as de julgar ação de inconstitucionalidade de lei ou de "ato normativo" das esferas federal e estadual, e, ainda, "ação declaratória de constitucionalidade" de lei ou de "ato normativo". Cabe ainda ao STF arguir sobre questões referentes à própria Constituição, suas cláusulas pétreas, o descumprimento ou o cumprimento de leis, jurisprudência e analogias etc. Esta Corte se constitui como o último recurso das decisões em todas as esferas.

O Presidente e o Vice-Presidente da Casa são eleitos pelo Plenário deste Tribunal para mandatos de 2 anos, sendo vedada a reeleição imediata. O Tribunal é dividido em duas turmas, compostas por 5 ministros cada uma delas – Primeira e Segunda Turmas –, cujas presidências são exercidas pelo ministro mais antigo de cada uma, com mandato de um ano. Cabe ainda ao presidente do Supremo Tribunal Federal exercer, cumulativamente, a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

É, assim, por sua relevância jurídica, política e social, e pelo mérito das questões discutidas no e pelo Plenário do Tribunal, que a matéria da presunção de inocência deve ser

amplamente debatida e refletida no âmbito dessa Corte. Não se trata de um tema de fácil definição, sobretudo quando se considera a heterogeneidade social, reflexiva, política e jurídica que permeia os diferentes olhares da sociedade – ora de aceitação, ora de rejeição – quanto à inocência presumida do indivíduo.

Considerando que a instalação de um Tribunal Superior que guarda o principal "livro" do "contrato social" do Estado simboliza a resistência de uma guerra de "todos contra todos" e eleva o ser humano à condição de ser político e social em oposição ao seu estado de natureza violento ou de medo, é necessário compreender que circula nesse lugar a decisão quanto à inocência presumida ou não de alguém que se torna réu num determinado caso. Afinal, não importa a sociedade em que se está, em maior ou menor grau, haverá sempre a certeza da sensação de impunidade ou de culpabilidade de quem é acusado de cometer algum crime. E nessa direção, não se constitui em matéria fácil decidir a respeito de um direito tão natural e importante ao ser humano, que é sua liberdade. Será que a pessoa deve ser considerada culpada até que se prove o contrário ou ela deve ser considerada inocente até que se impute a culpa às suas ações? Independentemente da resposta para essas perguntas, a liberdade estará em jogo.

No entanto, não nos cabe aqui a decisão ou a definição do "princípio da presunção de inocência", mesmo que ele produza efeitos significativos em nossas vidas. Mas cabe-nos aqui observar os sentidos desse enunciado ao funcionar nos votos dos ministros do STF, por olhares distintos sobre o mesmo objeto. O fato é que ser ou não ser inocente não nos resolve o problema, mas o que significa ser presumidamente inocente ou não, sim. E para que possamos compreender melhor o modo de produção dos sentidos nos textos que compõem os votos do/no Tribunal, passamos para a próxima seção desta tese que esboçou a teoria à qual nos filiamos para observar a produção dos sentidos, a Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002-2018).

2.4 Princípio da Presunção de Inocência

Os princípios são fundamentos que constituem a base de uma sociedade livre e orientam a construção do bem comum, pautado no respeito mútuo e na valorização da liberdade individual como um de seus bens mais preciosos. As regras que regem uma sociedade organizada são resultado de sua própria evolução histórica, cultural e política. Nesse sentido, o conjunto de leis – ou seja, o ordenamento jurídico – deve ser concebido de forma a garantir a

convivência harmoniosa entre os indivíduos, regulando comportamentos e ações conforme os valores e normas estabelecidos pela coletividade

O país vive um cenário, em seus aspectos — sobretudo o político —, que exige uma urgente e necessária adoção de instrumentos capazes de afirmar a democracia e combater a corrupção, visando à efetivação do *jus puniendi* pelo Estado. Em 2016, o Supremo Tribunal Federal, após ampla discussão, decidiu permitir a prisão após acórdão condenatório em segunda instância, o que antes a jurisprudência entendia que violava o princípio constitucional da presunção de inocência, que deveria ser observado em grau absoluto.

Em novembro de 2019, com empate nos votos, que gerou o voto de minerva do Presidente da Corte, Ministro Dias Toffoli, o STF entendeu que, segundo a Constituição, ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado, fase em que cabe não mais recurso, e que a execução provisória da pena fere o princípio de presunção de inocência, mas a análise de mérito das ações permanecia em aberto. Por isso, juízes e até ministros do STF vinham decidindo de forma divergente sobre essas prisões. Agora, será obrigatório seguir o entendimento do Supremo.

Engajado em demonstrar ocorrências que envolvem a recente decisão da Suprema Corte a respeito da não execução provisória recentemente alterada, mas que sofre pressão, já que não combina com a vontade da grande parte da sociedade, como confirmado por especialistas - - , destaca-se a possibilidade de que essa pressão , sem uma posição do Congresso Nacional por meio da criação de uma PEC ou de alteração do Código de Processo Penal, possa levar a uma nova mudança na jurisprudência, no sentido de voltar a autorizar a prisão em segunda instância.

A execução da pena depois da prolação do acórdão em segundo grau e antes do trânsito em julgado da condenação não era admitida no ordenamento jurídico brasileiro desde 2009. Em regra, as únicas exceções eram para prisões em flagrantes, temporárias ou preventivas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, início LVII, estabelece que:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Refere-se ao princípio da presunção de inocência, segundo o qual, enquanto não houver trânsito em julgado para a acusação e para a defesa, o réu não pode ser obrigado a iniciar o cumprimento da pena, uma vez que sua inocência é presumida. Nesse sentido, o artigo 283 do Código de Processo Penal expressa que:

> Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

Sendo assim, só seria possível a prisão antes do trânsito em julgado com base no princípio da necessidade, ou seja, com caráter cautelar.

Em 17 de fevereiro de 2016, o STF, por maioria, julgou o HC 126.292/SP e entendeu ser possível o início da execução da pena após a confirmação da sentença em segundo grau. Naquela ocasião, para a maioria dos ministros da Suprema Corte, a admissão da prisão após a prolação de acórdão em segundo grau não comprometeria o princípio constitucional da presunção de inocência.

> [...] cumpre ao Poder Judiciário e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal, garantir que o processo - único meio de efetivação do jus puniendi estatal -, resgate essa sua inafastável função institucional. A retomada da tradicional jurisprudência, de atribuir efeito apenas devolutivo aos recursos especial e extraordinário (como, aliás, está previsto em textos normativos) é, sob esse aspecto, mecanismo legítimo de harmonizar o princípio da presunção de inocência com o da efetividade da função jurisdicional do Estado. Não se mostra arbitrária, mas inteiramente justificável, a possibilidade de o julgador determinar o imediato início do cumprimento da pena, inclusive com restrição da liberdade do condenado, após firmada a responsabilidade criminal pelas instâncias ordinárias[11].

Afirmou o relator que, após a prolação do acórdão confirmado em sentença condenatória, exaurem-se os efeitos do princípio da não culpabilidade, ressaltando que os recursos cabíveis da decisão de 2º grau ao Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal, não se prestam a apreciar fatos e provas, porém apenas matéria de direito. Disse o eminente Ministro, ainda, que, desde que o acusado tenha sido tratado como inocente até o esgotamento dos recursos de natureza ordinária, a pendência de recursos extraordinários não

[11] Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/236516/o-stf-e-a-ameaca-ao-principio-da-presuncao-de-inocencia Acesso em: 4 mar. 2025

violaria o núcleo do princípio da presunção de inocência. Assim, entendeu-se ser necessário aplicar um equilíbrio entre o referido princípio e a efetividade da função jurisdicional penal, de maneira a não atender somente o interesse do acusado, mas também da sociedade.

Posterior à referida decisão, o Partido Ecológico Nacional (PEN) e o Conselho Federal da OAB ajuizaram as respectivas ADCs nº 43 e 44, com intuito de reconhecimento da legitimidade constitucional da redação do art. 283 do Código de Processo Penal.

As ações foram julgadas pelo Plenário do STF em de outubro de 2016, ocasião em que fora reafirmado o entendimento segundo o qual é permitida a execução da pena após a prolação de acórdão condenatório em segundo grau, não se configurando violação do princípio da presunção de inocência.

Diante da mudança jurisprudencial da Suprema Corte, instaurou-se controvérsia no cenário jurídico do país. Somos presumivelmente inocentes, cabendo à acusação o ônus probatório para demonstrar o contrário. Além disso, o cerceamento cautelar da liberdade só pode ocorrer em situações excepcionais e de estrita necessidade.

Nesse contexto, reafirma-se que a regra é a liberdade, e que o encarceramento, antes de transitar em julgado a sentença condenatória, deve figurar como medida de estrita exceção.

Para melhor exemplificar, elaboramos um quadro com a organização hierárquica de um processo:

Quadro 1 – Organização hierárquica de processo

1ª Instância (Início do Processo)
Juízo de 1º Grau
Decisão(Sentença)
Havendo recurso
Vai para 2ª Instância
2ª Instância (Recurso ao Tribunal)
Tribunal de Justiça (TJ) ou Tribunal Regional Federal (TRF)
Decisão (Acórdão)
Se houver questão constitucional
Possibilidade de Recurso Extraordinário ao STF
Se houver questão infraconstitucional Possibilidade
de Recurso Especial ao STJ
Tribunais Superiores (STJ e STF?)
Superior Tribunal de Justiça (STJ) (Se for questão de lei federal)
STJ decide
Fim do processo ou Recurso Extraordinário ao STF
Supremo Tribunal Federal (STF) (Se for questão constitucional)
Precisa de Repercussão Geral para ser aceito
Caminhos para o STF
Recurso Extraordinário (RE)
Tribunal de origem verifica se cabe recurso
Se negado ➜ Agravo para o STF
Se aceito ➜ STF analisa
Ações Diretas no STF (Sem passar por outras instâncias)

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)
Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)
Habeas Corpus (HC) e Mandado de Segurança (MS)
STF julga (Presidente, ministros, governadores etc.)
Decisão do STF
STF pode negar ou aceitar o recurso
Se nega, decisão do tribunal inferior é mantida
Se aceita, cria jurisprudência (se houver repercussão geral,
a decisão afeta outros casos semelhantes).

O quadro apresentado descreve as etapas do processo judicial no Brasil, desde a primeira instância até os tribunais superiores.

O processo tem início na 1ª instância, no juízo de 1º grau, onde o juiz analisa o caso e profere a sentença. Caso haja discordância dessa decisão, é possível interpor recurso para a 2ª instância, que compreende os Tribunais de Justiça (TJ) ou os Tribunais Regionais Federais (TRF). Nessa fase, o processo é analisado por um colegiado de desembargadores, que emite um acórdão.

Se ainda houver controvérsia, o processo pode chegar aos tribunais superiores. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é competente para julgar questões infraconstitucionais, ou seja, relacionadas à interpretação de leis federais. Já o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa questões constitucionais, sendo necessário demonstrar a existência de repercussão geral — um critério que confere ao tema relevância social, política, econômica ou jurídica.

Os principais recursos utilizados para levar um caso ao STF são o Recurso Extraordinário (RE) e o agravo, quando o tribunal de origem nega o seguimento do RE. Além disso, o STF julga ações diretas, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), além de *Habeas Corpus* (HC) e Mandados de Segurança (MS) envolvendo autoridades ou direitos fundamentais.

A decisão final do STF pode manter ou reformar o entendimento dos tribunais inferiores. Quando há repercussão geral reconhecida, a decisão do STF pode formar jurisprudência vinculante, afetando casos semelhantes em todo o país.

3 SEMÂNTICA DA ENUNCIAÇÃO: DESIGNAÇÃO, ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO

É fato inconteste que, se buscamos analisar alguma coisa, um texto, por exemplo, não podemos proceder pela pura e simples subjetividade ou introspecção. E isso porque, se não tomarmos os devidos cuidados, sairíamos por completo do lugar da "ciência" e nos colocaríamos no lugar de um conhecimento vago, o lugar do senso comum. Isso vale também para procedimentos que visam tomar a "interpretação" como lugar de análise, posto que nosso trabalho aqui enquanto semanticistas gira em torno da interpretação de textos, a observação dos modos específicos de produção dos sentidos. E como estamos num lugar de produção de ciência, de maneira particular da ciência linguística, nossos "movimentos" e nossas "descrições" devem ser tomadas pelo método, pelo uso de dispositivos teóricos e analíticos que nos mostrem os limites de nosso percurso cuidando-se de desvios e certos "tropeços" nessa caminhada.

Contudo, isso não significa que o lugar teórico que escolhemos aqui e que norteia nosso percurso analítico não nos convide a instalar certos "diálogos" com outros lugares que também tomam a interpretação como lugar de consideração. Ao mesmo tempo que encerra limites, evitando desvios e tropeços, esse lugar abre suas "fronteiras" para o diálogo sadio com outros perspectivas, permitindo ampliar os "horizontes" da investigação e da discussão. Isso se sustenta pelo que vimos antes, tomando a história, a sociologia e as ciências políticas como lugares pertinentes de historicização daquilo que se forma como de nosso interesse investigativo.

O processo de designação não é aleatório, mas historicamente construído e atravessado por enunciações anteriores, o que também ocorre com o princípio da "presunção de inocência" no discurso jurídico. Assim como a significação de termos constitucionais se transforma ao longo do tempo, conforme as condições históricas e políticas, a "presunção de inocência" não se fixa em um único sentido, sendo ressignificada a cada novo acontecimento jurídico.

Ao analisar os votos do STF sobre a questão da "presunção de inocência", sob a ótica da Semântica do Acontecimento, percebe-se que o princípio semântico do termo não se faz uno, mas um enunciado que adquire sentidos distintos a depender das condições sócio-históricas em que o termo é enunciado, das condições enunciativas em que se dá a enunciação do termo. Assim, a "presunção de inocência" não se dá apenas como um direito abstrato, mas como um

acontecimento que pode ser ressignificado ao considerarmos o político da linguagem, lugar de embates interpretativos.

Assim, nos filiamos aqui, como já dito reiteradas vezes, à teoria da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002-2018), que nos permite uma abordagem metodológica e analítica do material selecionado a partir de certas especificidades e de um rigor teórico pertinentes. Vejamos, então, certos aspectos dessa teoria.

3.1 Do acontecimento e do tempo: enunciação e temporalidade

Um acontecimento pode ser de qualquer espécie ou relacionado a qualquer coisa que possamos imaginar: um avião que decola, um acidente de um automóvel ou um asteroide que se choca com a Terra. São eventos que se dão no curso da história humana e que, em alguma medida, "causam" um certo efeito nas pessoas que os presenciam.

Contudo, há um caráter muito particular quando o "tipo" de acontecimento é o de enunciação, como o trazemos aqui. Esse caráter se funda, primeiramente, no fato de ser um acontecimento de linguagem, um acontecimento pelo qual a língua funciona na e pela linguagem e produz sentidos, significa o real. Por outro lado, um acontecimento de enunciação se constitui enquanto uma diferença em sua própria ordem, ou seja, uma diferença naquilo que ele instala como temporalidade e, portanto, o torna em certa medida uma diferença.

Dessa maneira, para nós semanticistas, um acontecimento será sempre acontecimento de linguagem. Para Guimarães, o que caracteriza essa diferença é o fato de que o acontecimento "[...] não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza" (Guimarães, 2002, p. 11).

Percebe-se, então, que o acontecimento de linguagem instala uma temporalidade própria, que o faz ser como diferente de um "fato" novo apenas distinto de outro ocorrido no tempo. E, nesse sentido, pelo fato de o acontecimento instalar o tempo, esse seu caráter descentraliza o sujeito da linguagem como o centro do tempo ou como aquele que instala o tempo da língua ao falar.

Assim, esse tempo do acontecimento se dá como distinto daquele tempo considerado físico, crônico. E isso ocorre pelo fato de o tempo da enunciação instalar um presente que

recorta um passado enunciativo como um memorável e um lugar de futuro que se dá como latência de futuro, como futuridade. Assim, a temporalidade do acontecimento constitui:

> [...] o seu presente é um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência do futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2002, p. 12).

Essa relação específica da temporalidade instalada no presente do acontecimento é central para que possamos observar a produção dos sentidos na/da enunciação. Sem ela, sem um presente que recorta um passado como memorável e abre uma latência de futuridade, o tempo se daria sempre num *continuum* e os sentidos seriam sempre os mesmos, estariam sempre fadados a uma progressão cumulativa de significações, e não haveria, assim, a atualização dos tempos, novos sentidos.

É, portanto, exatamente isso que faz com que o acontecimento seja uma diferença em sua própria ordem, a conviviabilidade dos tempos. Cada acontecimento, mesmo que se repitam as formas, será sempre um novo acontecimento de enunciação, uma nova produção dos sentidos, uma atualização do interpretável, aspecto decisivo quando realizamos as análises dos textos selecionados como material para esta pesquisa.

Contudo, isso nos leva a um outro tipo de consideração, que surge como um questionamento: se o acontecimento de enunciação é a língua funcionando na/pela linguagem, e se não é o sujeito que instala o tempo presente sempre que diz "eu', como, então, podemos considerar que se dá esse acontecimento? Sem ultrapassar os limites exaustivos da indagação, cabe-nos ainda perguntar: onde se dá esse acontecimento? Buscamos apresentar as respostas na subseção seguinte, na qual discutimos o espaço de enunciação, o agenciamento e a cena enunciativa.

A partir desses questionamentos, podemos compreender a textualização do voto dos ministros, em um acórdão, enquanto um acontecimento de linguagem, de maneira que não o tratamos apenas como uma materialização de um conteúdo jurídico (decisão argumentativa), mas considerando a constituição de sentidos da/na historicidade enunciativa que se movimenta, deslocam e (re)significa no e pelo (des)dizer.

Para exemplificar essa situação com base no nosso objeto de pesquisa, podemos relacionar o voto de um ministro do STF sobre o princípio de presunção de inocência – seja para reforçá-la ou relativizá-la. Isto é, ele não apenas expressa uma opinião jurídica, mas produz um novo sentido dentro do debate jurídico. Esse voto não é um evento isolado, mas um acontecimento de linguagem, porque retoma discursos anteriores (jurisprudência, doutrina, Constituição); dialoga com o momento político e social (por exemplo, pressão pública por endurecimento penal) e produz efeitos na ordem jurídica (abre precedentes e influencia novas decisões).

Assim, a forma como o STF decide sobre a presunção de inocência não é neutra, mas um processo discursivo que constrói e modifica o próprio sentido do princípio no direito brasileiro.

3.2 Espaço de enunciação, o agenciamento do falante e a cena enunciativa

Iniciamos este lugar dizendo, de pronto, algo que se constitui enquanto aspecto central na e para a teoria: todo e qualquer acontecimento enunciativo se dá, de maneira incontornável, em um espaço de enunciação. Ou seja, não se encontra um acontecimento de linguagem que esteja fora de um espaço de enunciação. Dessa maneira, essa noção teórica se faz de importância central para as investigações analíticas que tomam a Semântica do Acontecimento como lugar de análises linguísticas.

O acontecimento enunciativo refere-se à singularidade de cada enunciação, determinada pelas condições de produção que a sustentam. Já o espaço de enunciação engloba os elementos que estruturam esse acontecimento, como os interlocutores, as posições enunciativas e os regimes de significação em jogo.

Ao relacionar esses conceitos com o princípio da presunção de inocência, percebe-se que sua interpretação jurídica não é fixa, mas produzida na relação entre enunciação e história, conforme aquilo que se produz linguisticamente no lugar jurídico-político.

O modo como essa garantia é significada e aplicada resulta das condições enunciativas e dos lugares de dizer que caracterizam seu funcionamento. Assim, seu sentido pode ser tensionado por diferentes formas de dizer, como aquelas ancoradas em discursos de segurança pública, moralidade ou garantismo, revelando que a inocência não é um dado absoluto, mas um efeito de sentido resultante da materialidade enunciativa do direito.

A significação não é um dado estático, mas um processo em permanente movimento, construção, resultante das produções enunciativas que colocam em relação, num certo encadeamento, os sujeitos falantes (enunciadores), a história e a língua. Nesse sentido, o princípio da presunção de inocência, longe de constituir um conceito jurídico estável e imutável, manifesta-se como um constructo discursivo cuja materialização ocorre em acontecimentos enunciativos específicos.

No âmbito das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), observa-se, no momento das análises, que o princípio da presunção de inocência não se reduz a um significado fixo, mas se configura como um objeto de linguagem cuja significação é construída, negociada e disputada no interior do discurso jurídico. Assim, a análise dos votos dos ministros pode revelar, em certa medida, que a interpretação desse princípio se dá nesse jogo de tensões entre o sim e o não, entre a afirmação e a negação nos votos que dizem sobre ela, numa distribuição de línguas aos seus falantes, atravessada por uma deontologia própria que regula o espaço de enunciação.

Ao considerarmos a noção do espaço de enunciação, entendemos que é a partir do seu desenvolvimento que podemos entender, também, a distribuição e a relação entre as línguas e seus falantes, por ser esse o lugar onde se dão os acontecimentos enunciativos. Conforme nos diz Guimarães (2002, p. 18-19):

> Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Portanto, o espaço de enunciação, ou espaços, é o lugar onde as línguas funcionam e se colocam em relação, com seus falantes e também com outras línguas. Ao dizer que os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas que se dividem, redividem, se misturam, desfazem e transformam, o autor apresenta aí o aspecto central da configuração do espaço de enunciação no presente do acontecimento, ou seja, o espaço de enunciação não se constitui enquanto um espaço "rígido" e "estável". Ele se movimenta, ele se divide e redivide, se transforma nessa distribuição das línguas aos seus falantes que se constituem em sujeitos "divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer". E, nessa direção, os espaços de enunciação se caracterizam por serem espaços políticos, do funcionamento do político na linguagem, ou seja:

> São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (Guimarães, 2002, p. 18-19).

Observa-se, então, que o espaço de enunciação é regulado por uma deontologia que distribui os papéis sociais, ou, como diz Rancière (2005), que partilha um comum e define aqueles que tomam parte nesse comum. O sensível é dividido e redividido pelos modos de acesso à palavra e pelos modos de falar. É nesse espaço que as línguas funcionam, são distribuídas e agenciam os sujeitos em falantes.

Para tanto, é necessário, antes, observar o que são os falantes, segundo Guimarães (2002, 2018). Os falantes não são pessoas empíricas em suas atividades físico/fisiológicas de falar. Eles são, antes de tudo, seres de linguagem, seres que, como vimos anteriormente, habitam os espaços de enunciação (Guimarães, 2002).

Dessa maneira, os falantes são tomados por uma certa língua no espaço de enunciação e afetados por essa distribuição desigual das línguas nesse mesmo espaço. Ou seja, os falantes são seres de linguagem atravessados por essa partilha do real, que se dá na configuração do espaço de enunciação, no presente do acontecimento. E são assim considerados porque, ao se configurar esse espaço, configura-se também o acontecimento:

> [...] coloca uma relação por todos os aspectos decisiva: a relação entre língua e falante, pois só há línguas por que há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica do tipo: em uma certa situação as pessoas falam na língua x, em outra na língua y. por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês (Guimarães, 2002, p. 18).

Como se vê, os espaços de enunciação não se configuram empiricamente, mas sócio-historicamente no e pelo funcionamento das línguas, no e pelo acontecimento de enunciação. As línguas e os falantes são constituídos nessa relação política de disputa/litígio que caracteriza o espaço de enunciação. Isso pelo fato de que só há línguas porque há falantes que as falam e só há falantes porque há línguas que os agenciam a dizer, e cada qual funciona e diz por um modo específico de seu funcionamento. Dessa maneira, devemos considerar que os falantes são "figuras enunciativas", tomados nessa distribuição de línguas num espaço de enunciação, e enunciam por um modo específico de acesso à palavra (Guimarães, 2018).

A noção de espaço de enunciação, com sua característica de configuração de um litígio pelo funcionamento do político e por uma deontologia que distribui os papéis sociais e os lugares do e de dizer no presente do acontecimento, constitui-se enquanto aspecto central e decisivo para o que buscamos analisar aqui: os votos dos ministros do STF quanto à "presunção de inocência". Nessa análise, , vemos posições favoráveis e contrárias, na decisão do "futuro" do "outro"; um "outro" que não tem um "lugar de dizer", mas é "dito" naquilo que se enuncia nesse lugar de disputa, de funcionamento do político.

Antes de encerrarmos essa parte, é preciso ainda observar mais de perto aquilo que Guimarães (2002, 2018) considera como político. O espaço de enunciação é um espaço atravessado pelo político, ou seja, é um espaço que se constitui como recortado historicamente pelo político na/da linguagem. Dessa maneira, a "estética do sensível" (Guimarães, 2018) é partilhada pelos modos de acesso à palavra, pelos lugares constituídos de dizer e do direito ao dizer. Assim, para Guimarães (2002), o político na/da linguagem é caracterizado:

> [...] pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda, [...], é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (Guimarães, 2002, p. 16).

Essa contradição que caracteriza o político na/da linguagem manifesta-se por meio de uma configuração específica na distribuição das línguas entre os falantes, em um contexto no qual uns "tomam parte" e outros "não". Essa configuração ocorre no presente do acontecimento, quando analisamos os modos e as formas de acesso à palavra – ou, mais precisamente, os modos e as formas pelos quais as línguas agenciam seus falantes no espaço de enunciação, o que só pode ser verificado a partir da descrição da cena enunciativa, a qual passamos a examinar na sequência.

3.3 Das línguas e dos falantes: a configuração da cena enunciativa

Retomemos algo que afirmamos anteriormente, a saber, a consideração de Guimarães (2002) a respeito do falante. Para a teoria à qual nos filiamos aqui, o falante não é uma pessoa empiricamente constituída em sua atividade físico/fisiológica de falar; trata-se de um ser de

linguagem, que habita os espaços de enunciação enquanto figuras enunciativas. Ao habitar os espaços dessa forma, retira-se o sujeito falante do lugar do pragmatismo, ou do psicologismo e da intenção de quem fala, e o coloca num lugar de produção material dos sentidos. E isso se dá porque o falante é um ser agenciado, tomado enquanto falante de uma língua e os sentidos não estão atrelados à intenção ou a qualquer atividade física, mas a uma posição de dizer constituída sócio-historicamente, ou seja, a um lugar social ocupado por esse falante na partilha da estética do sensível.

Dessa maneira, quando alguém fala, não o faz em nome próprio ou por sua mera existência empírica – isto é, não fala enquanto indivíduo físico, psicologicamente intencional (ressalvando, evidentemente, que as pessoas falam, vocalizam e escrevem). Para a consideração dos sentidos na/da linguagem sob a abordagem aqui adotada, o que está em jogo é que se fala a partir de um lugar social do e de dizer. É esse lugar que nos permite observar a distribuição desigual das línguas entre os falantes no espaço de enunciação. Por isso que é central para a consideração da produção dos sentidos no acontecimento a descrição de como se configura a cena enunciativa.

A cena enunciativa nos possibilita observar os lugares ocupados pelos sujeitos falantes na enunciação, ou seja, permite considerar aquele que fala e aquele para quem se fala na relação de alocução que se instala no presente do acontecimento. Conforme nos aponta Guimarães (2002), ao tratarmos do político na/da linguagem é:

> [...] decisivo tratar de como se dá a assunção da palavra. Diremos que ela se dá em cenas enunciativas. Uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas (Guimarães, 2002, p. 23).

Nesse modo de considerar a "assunção" da palavra, observa-se que as cenas enunciativas se dão como "especificações locais nos espaços de enunciação" (Guimarães, 2002), ou seja, são especificações dos lugares ocupados pelos falantes no acontecimento de enunciação. Dessa forma, diremos que:

> A Cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para 'aquele que fala e 'aquele para quem se fala'. Na cena enunciativa 'aquele que fala' ou 'aquele para quem se fala' não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. **São lugares**

> **constituídos pelos dizeres e não pessoas donas do seu dizer** (Guimarães, 2002, p. 23, grifos nossos).

Assim, Guimarães (2018) considera as figuras enunciativas como seres significados a partir da relação daquilo que se enuncia e o lugar social do dizer. Esses lugares, na configuração da cena enunciativa, são temporalizados segundo as condições específicas do acontecimento. Mas, então, como se constituem esses lugares e como são identificados no presente do acontecimento? Esses lugares de enunciação, como vimos, são constituídos na distribuição das línguas entre seus falantes no espaço de enunciação.

Por outro lado, ao descentralizar o sujeito/locutor/falante no acontecimento de enunciação e ao mesmo tempo desconsiderar a pessoa empírica em sua atividade de falar, Guimarães (2018) nos apresenta esse falante agenciado pela língua enquanto figuras específicas da enunciação.

Nesse sentido, aquele que enuncia, agenciado pela língua, ocupa o lugar de Locutor (L), que se estabelece como a fonte do dizer. Este Locutor instaura, na relação de alocução, um correlato direto — o Locutário (LT), aquele para quem se diz, instaurando uma relação discursiva do tipo *eu*/*tu*. O falante, ao ser agenciado, é dividido pelas operações próprias do agenciamento enunciativo: Locutor/Locutário e Alocutor/Alocutário.

Assim, de um lado, "[...] o Locutor se apresenta como o lugar que diz, de outro o lugar que diz só diz enquanto de um lugar social do dizer" (Guimarães, 2018, p. 45). Esse lugar social do dizer é identificado no acontecimento junto a uma variável –x, alocutor-x (al-x), variável que significa o lugar social ocupado pelo alocutor na enunciação, como um alocutor-escritor, por exemplo. Por sua vez, o alocutor-x tem como seu correlato um alocutário-x, aquele para quem se fala e que também é agenciado enquanto falante por um lugar constituído sócio-historicamente como alocutário-leitor, por exemplo.

Na configuração da cena enunciativa, há ainda que se considerar aquele que enuncia enquanto "fora da história", ou seja, fora de um lugar constituído social e historicamente, mas na e pela relação com aquilo que se enuncia na enunciação, ou seja, a partir de uma "perspectiva" do dizer. Esse lugar é assim identificado como Enunciador, dividido em: Individual, Coletivo, Genérico e Universal, cada um apresentando características específicas na enunciação. O Enunciador Individual é aquele que assume certa responsabilidade individual no e do dizer; o Coletivo é aquele que se apresenta por uma coletividade; o Genérico diz a partir

de um lugar que se constitui como algo de conhecimento geral a todos; e o Universal diz a partir de um lugar que se constitui como uma verdade universal e válida a todos.

Todos esses lugares constituídos na temporalidade própria do acontecimento e que agenciam os falantes por maneiras específicas são, de todos os modos, decisivos na e para a consideração da produção dos sentidos no acontecimento de enunciação. E isso se dá pelo fato de essa divisão ser inevitavelmente política, ou seja, por se dar via uma deontologia própria da distribuição das línguas entre os falantes e do acesso à palavra na relação entre aquele que fala e aquele para quem se fala.

Ainda, é preciso considerar que o embate que marca a divisão – e a dinâmica dessa divisão – dos lugares do e de dizer configura a cena enunciativa como politópica. Ou seja, constituída por lugares outros de enunciação no acontecimento. E tal característica é possível de se observar por relações específicas instituídas na configuração da cena, relações como a apresentação e a alusão. Para Guimarães (2018), a apresentação "[...] consiste em um lugar de enunciação mostrar-se como quem *faz conhecer* um dizer de outro lugar, coexistente ao seu próprio dizer" (p. 68). Por outro lado, a relação de alusão entre os lugares constituídos na configuração da cena enunciação: "[...] é uma relação de um lugar de enunciação que evoca outro lugar de enunciação e o que se diz a partir deste lugar. A alusão é uma citação, mesmo que indireta, do dito em outro lugar (p. 69).

A articulação pode se dar por dependência, coordenação ou incidência, e esse conceito pode ser aplicado ao princípio da presunção de inocência. Na articulação por dependência, os elementos contíguos se organizam de modo a formar uma única unidade de sentido. Por exemplo, em "A presunção de inocência deve ser respeitada", os termos "A" e "de inocência" estão ligados à expressão "presunção", formando uma unidade coesa. Na articulação por coordenação, elementos de mesma natureza são organizados como se fossem parte de um todo, como em "A presunção de inocência e o direito ao contraditório", em que ambos os princípios são apresentados como componentes igualmente essenciais. Já na articulação por incidência, há uma relação entre um elemento externo que se articula com outro para formar uma nova unidade. Um exemplo seria "Inclusive a presunção de inocência deve ser garantida", em que o termo "inclusive" incide sobre a expressão "a presunção de inocência deve ser garantida", criando um novo enunciado. Assim, a articulação por incidência estabelece uma relação entre elementos sem uma vinculação diretamente estabelecida, mas que juntos produzem um novo sentido (Fernandez, 2023).

Apresentamos, até aqui, alguns breves aspectos a respeito da teoria à qual nos filiamos para a realização desta pesquisa e das análises desenvolvidas na sequência. Cabe, no entanto, uma observação quanto às escolhas teóricas e metodológicas que orientam este trabalho: optamos por não abordar, neste momento, outras noções e dispositivos descritivo-analíticos igualmente relevantes no escopo da teoria, como a consideração do que seja um texto, a delimitação da unidade de análise adotada pela abordagem, as relações textuais como a articulação e a reescrituração, bem como o funcionamento da argumentação para a semântica da enunciação proposta por Guimarães (2002, 2018).

4 FUNDAMENTAÇÃO DO *CORPUS* E ANÁLISES À LUZ DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste ponto, passamos à descrição do *corpus* e à explicitação dos critérios pelos quais este conjunto de material - m do qual selecionamos alguns documentos – se constitui como relevante para nosso lugar teórico de onde operamos nossas análises. Quando nos colocamos no lugar de pesquisadores, ocupando um lugar de produção de ciência da linguagem, é preciso que façamos a seleção/recorte de um material que se apresenta como pertinente ao estudo para o qual nos propomos investigar. Não se trata de escolher um material que satisfaça nossos desejos de produção de sentidos específicos, mas de um material que nos permita mobilizar os dispositivos teóricos, analíticos e observar, assim, a produção dos sentidos numa relação com o real da história, com aquilo que está "fora da língua".

Contudo, para que se possa realizar uma análise nesse sentido, é preciso que se descreva o material enquanto um acontecimento enunciativo, isto é, um evento discursivo, que é (re) configurado dadas as relações de língua(gem) entre os sujeitos e as condições de produção (sociais, políticas e ideológicas). Dessa forma, a descrição do *corpus* não se limita a uma simples apresentação dos fatos, uma vez que aqui os votos são analisados como textos enunciativos que não apenas explicam a lei, mas que também posiciona o STF em uma discussão sobre os limites entre direitos individuais e segurança pública.

Nesse contexto, a interpretação dos enunciados pelos enunciatários é uma dimensão constitutiva e ativa da produção de sentidos. Nos votos do STF, os enunciatários não se restringem aos demais operadores jurídicos (juízes, promotores, advogados), mas também incluem o público em geral. A forma como esses votos são interpretados, apropriados e incorporados no discurso público e nas práticas jurídicas reflete a dinâmica entre o enunciado e o seu contexto de recepção, revelando os modos de circulação dos sentidos e suas reconfigurações no espaço social.

4.1 Os votos dos Ministros do STF: textos e relações textuais

Assim, antes de passarmos à apresentação de nosso material de fato, é preciso observar aquilo que Guimarães (2017) considera como um texto e os modos de relação que esse institui ao funcionar, como a articulação e a reescrituração.

Definir o texto como unidade de sentido não significa dizer que ele é uno, que ele apresenta uma unicidade de sentidos, mas por integrar enunciados no acontecimento de enunciação, o que nos leva a verificar a produção dos sentidos de um texto a partir do caráter de transversalidade e não por uma linearidade.

Para Fernandez (2023), o texto não é visto de forma segmentada e linear, como se os sentidos fossem únicos e estivessem prontos para serem decodificados. O texto constitui uma unidade de sentido que integra enunciados em uma relação transversal, na qual diferentes unidades linguísticas significam em razão dessa integração. Dessa forma, a significação não ocorre por meio de segmentos isolados, mas por relações sobrepostas, em que os enunciados se incorporam uns aos outros para formar um todo. No acontecimento da enunciação, o falante, ao ser agenciado, produz textos que integram enunciados por meio de dois modos fundamentais de relação: a articulação e a reescrituração.

Destarte, a consideração dos sentidos de um texto se faz por seu caráter transversal, e essa transversalidade é verificada por uma retomada, por um redizer de palavras e expressões que se constitui pelo procedimento de relação textual da reescrituração (Guimarães, 2002, 2007, 2017, 2018). A reescrituração "[...] é o modo de relação pelo qual a enunciação (re)diz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (...) retoma um outro elemento X do texto" (Guimarães, 2018, p. 85). Nessa direção, observa-se que o elemento Y reescreve o elemento X. Ou seja, a reescrituração é um procedimento pelo qual funciona um (re)dizer que liga pontos de um texto a pontos de um mesmo texto, ou pontos de um texto a pontos de outro texto, e esses pontos podem ser uma palavra ou uma expressão, por exemplo (Guimarães, 2007)

Dessa maneira, a reescrituração pode se dar por modos distintos de retomada, como, por exemplo: repetição, substituição/elipse, expansão e condensação, produzindo sentidos de sinonímia, hiperonímia, especificação, definição, desenvolvimento, generalização, enumeração e totalização. Esses modos de reescritura e os sentidos podem se dar por maneiras diversas a depender da especificidade do procedimento e do material analisado (Guimarães, 2018).

Por sua vez, a articulação é um modo de relação textual que visa observar a contiguidade dos enunciados que integram o texto. A articulação, desse modo, se constitui enquanto um modo específico de observar relações de predicação, complementação, caracterização, entre outras. Assim, a articulação é "[...] um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento"

(Guimarães, 2018, p. 80). A articulação, então, pode se dar por dependência, coordenação e incidência. Cada um desses modos se apresenta, na contiguidade dessa relação local, por maneiras particulares.

Como visto, a reescrituração é o procedimento de (re)dizer o já dito, em que uma expressão linguística remete a outra, estabelecendo conexões internas no texto integrado por enunciados. Esse processo é imprescindível para a constituição dos sentidos, pois, ao ser reescrita, uma forma linguística adquire um novo significado, sem necessariamente apagar o anterior. Como apontam Fernandez (2023) e Guimarães (2018), a reescrituração não depende da proximidade linear entre os elementos envolvidos e pode operar em diferentes partes de um mesmo texto ou entre textos distintos. Por exemplo, a expressão "presunção de inocência", ao ser retomada, pode adquirir sentidos diversos, conforme o contexto e o modo como se dá a reescrituração — seja por repetição, substituição, elipse, expansão ou condensação — revelando a dinamicidade do funcionamento da linguagem.

Essas considerações teóricas são importantes para orientar a análise do material empírico que apresentado a seguir. A semântica da enunciação toma o **enunciado** como sua unidade de análise (Guimarães, 2018), e, como discutido, os enunciados integram textos e se relacionam entre si por meio de procedimentos específicos, como a reescrituração e a articulação. O material selecionado nesta pesquisa se constitui, portanto, como texto — como unidade de significação — e apresenta as características necessárias para que possamos observar o funcionamento desses procedimentos no acontecimento enunciativo.

4.2 Apresentação do material de análise: do "Acórdão" aos votos

O Supremo Tribunal Federal é um dos poderes da União, composto por 11 ministros (juízes), aos quais compete, entre outras atribuições, julgar matérias relativas à constitucionalidade ou inconstitucionalidade de normas e atos jurídicos. Como discutido no início deste capítulo, votos podem ser compreendidos, de maneira geral, como gestos de concordância ou discordância, representados simbolicamente – por exemplo, pelo ato de levantar a mão, pelo uso de dispositivos com "botões" de duas cores diferentes, cada um significando "sim" ou "não", entre outros mecanismos de manifestação de posicionamento. Tais votos não apenas expressam decisões jurídicas, mas também produzem sentidos sobre

temas relacionados à vida política e social, como “liberdade”, “inocência”, “culpabilidade”, afetando diretamente as relações entre Estado, sociedade e indivíduos.

Desse modo, justificamos desde já a escolha de apresentar, dentre os 11 votos proferidos, apenas recortes representativos deles. Tais recortes são devidamente identificados e atribuídos aos respectivos ministros que os enunciaram, com a finalidade de localização e referência no corpo do texto. Essa identificação não implica, contudo, a consideração da pessoa empírica dos ministros em sua atividade individual de fala. Conforme a teoria enunciativa que orienta esta pesquisa, tratamos esses dizeres como produzidos por figuras enunciativas constituídas na temporalidade do acontecimento de enunciação.

O corpus selecionado para análise é o Acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 43, julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 07 de novembro de 2019. O acórdão, enquanto gênero jurídico, constitui a decisão colegiada proferida pelos ministros da Corte em processos submetidos a seu julgamento. Nele se expressa o entendimento institucional do STF sobre questões constitucionais, podendo, conforme o tipo de ação analisada, produzir efeitos vinculantes para o restante do Judiciário e da Administração Pública.

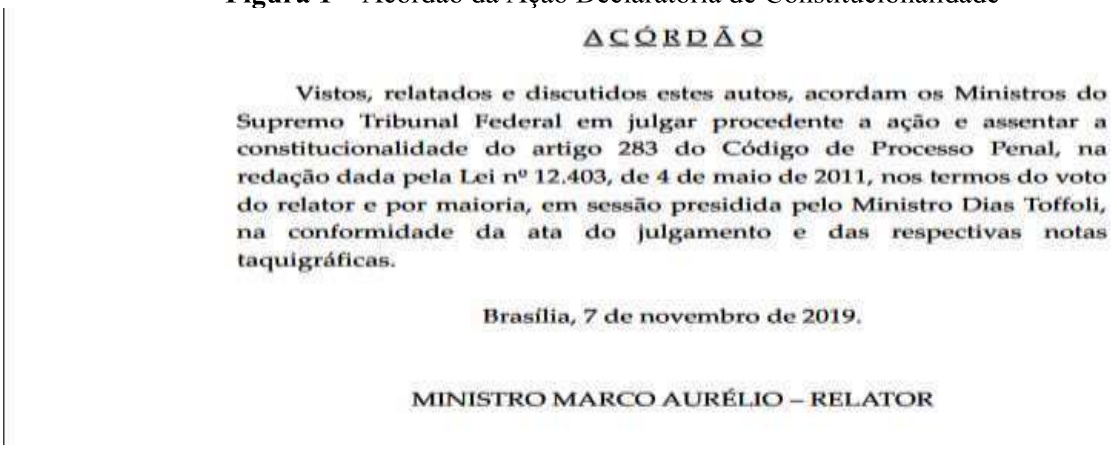
Esse gênero textual jurídico estrutura-se por: uma ementa (resumo objetivo da decisão); um relatório (exposição do caso e dos argumentos das partes); o voto do relator (análise e fundamentação jurídica do ministro responsável pelo caso), os votos dos demais ministros (opiniões concordantes ou divergentes) e o Dispositivo – conclusão e decisão final.

Já a “Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC12) é uma ação judicial que confirma se uma lei ou ato normativo federal está de acordo com a Constituição. É proposta no Supremo Tribunal Federal (STF). A ADC é utilizada quando há controvérsias judiciais sobre a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo. A decisão final da ADC tem efeito vinculante, ou seja, deve ser seguida por todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública. Quem pode propor uma ADC? Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Procurador-Geral da República.

Para efeito de visualização e conhecimento do material, vejamos um pequeno trecho do Acórdão:

[12] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/acao-declaratoria-de-constitucionalidade-adc. Acesso em: 3 mar. 2025.

Figura 1 – Acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em julgar procedente a ação e assentar a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, nos termos do voto do relator e por maioria, em sessão presidida pelo Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 7 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

Fonte: STF (2019).

Ao realizar uma breve descrição do trecho selecionado, observa-se que o Presidente do STF à época do julgamento era o ministro Dias Toffoli, sendo o ministro Marco Aurélio o relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). Os demais ministros e ministras que compuseram o julgamento, não necessariamente em ordem de votação, foram: Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowsk, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, e Luís Fux, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Celso de Mello.

No centro do debate jurídico, estava a possibilidade de execução provisória da pena — isto é, a prisão após decisão condenatória em segunda instância — ou, alternativamente, a exigência do trânsito em julgado da sentença condenatória, respeitando-se todas as instâncias recursais às quais o réu teria direito antes de ser privado de sua liberdade. Como se coloca nas análises a seguir, está em jogo uma tensão entre os princípios de "culpabilidade" e de "não-culpabilidade". É possível, ainda, verificar que a discussão traz para o mérito aquilo que se diz no artigo 283 do Código de Processo Penal e no Artigo 5º, Inciso LVII da Constituição Federal de 1988, os quais estabelecem garantias e direitos fundamentais da pessoa humana no Brasil. Essa relação pode ser observada na figura a seguir:

Figura 2 – Princípio da não culpabilidade

> PENA – EXECUÇÃO PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE. Surge constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, a condicionar o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, considerado o alcance da garantia versada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, no que direciona a apurar para, selada a culpa em virtude de título precluso na via da recorribilidade, prender, em execução da sanção, a qual não admite forma provisória.

Fonte: STF (2019).

Este material se torna pertinente não apenas pela produção dos sentidos que mobiliza, mas também pela forma como esses sentidos circulam no imaginário social brasileiro, especialmente em torno das noções de "culpabilidade" e "não-culpabilidade". Tomando como ponto de partida o princípio jurídico da "presunção de inocência", selecionamos um acórdão – decisão proferida por um tribunal superior – do STF - justamente por se tratar de um julgamento cuja repercussão ultrapassa os limites institucionais, afetando diretamente a vida da população como um todo.

Uma vez definida a relevância do material para os objetivos desta pesquisa, restava localizar documentalmente esse acórdão. Para tanto, acessamos a página eletrônica do Superior Tribunal Federal (https://portal.stf.jus.br), que nos conduziu ao seguinte diretamente para a figura a seguir:

Figura 3 – Página do STF



Fonte: STF (2025).

Nesta página, realizamos a pesquisa por meio do menu superior, na seção "Jurisprudência", destacada em azul mais escuro, conforme pode ser observado na figura a seguir:

Figura 4 – Seção Jurisprudência



Fonte: STF (2025).

Em seguida, "clicamos" no enunciado "Inteiro Teor de Acórdãos" como indicado pela seta vermelha na imagem acima. Ao clicarmos neste ícone de busca, fomos de pronto direcionados para uma página na qual digitamos o número do Acórdão (54), como se observa na imagem abaixo:

Figura 5 – Inteiro Teor de Acórdãos - pesquisa



Fonte: STF (2025).

E, ao procedermos com a busca, fomos direcionados para a página na qual realizamos o *download* do arquivo em que consta nosso material em formato PDF.

Figura 6 – Resultado da busca do *corpus*



Fonte: STF (2025).

O arquivo selecionado corresponde ao primeiro resultado apresentado na lista gerada pela busca. Optamos por explicitar detalhadamente esse percurso de localização do corpus por compreender a importância de se adotar um procedimento criterioso na seleção do material de análise. Não se trata apenas de identificar um conteúdo pertinente ao objeto de estudo, mas de garantir que esse material possua condições mínimas de confiabilidade, rastreabilidade e acessibilidade pública, especialmente em um cenário em que espaços institucionais de circulação da informação, como os portais oficiais, coexistem com ambientes digitais marcados pela proliferação de conteúdos desinformativos e manipulados.

Nesse sentido, o percurso de busca e seleção do *corpus* revela que a produção de uma pesquisa não se apoia em qualquer material, mas em um objeto que, por sua constituição discursiva e institucional, mobilize um interesse teórico e metodológico. Trata-se, portanto, de um material que, ao mesmo tempo que se mostra acessível a qualquer sujeito, apresenta-se como um bom material para análise, por permitir a mobilização de dispositivos conceituais da teoria enunciativa aqui adotada.

As imagens apresentadas anteriormente ilustram apenas o "resultado final" do processo de busca e delimitação do *corpus* utilizado nesta tese. Ressaltamos, contudo, que uma simples pesquisa no *Google* com o enunciado "presunção de inocência" retorna uma variedade de conteúdos – artigos, sites, blogs etc. –, o que torna ainda mais relevante o exercício de recorte e validação do material a partir de critérios de pertinência teórica, adequação metodológica e consistência institucional.

Escolher aquilo que se quer analisar, portanto, exige um olhar de analista e, no nosso caso, de semanticista. Por isso, o procedimento de "sondagem" (Guimarães, 2018),se constitui enquanto algo central e necessário para esta etapa de pesquisa. Devemos, via tal procedimento, nos colocar em atenção não apenas quanto aos enunciados tratados como recortes, mas também quanto aos dispositivos teóricos e analíticos mobilizados para a realização das análises. Somente depois dessa etapa, é que podemos dar andamento ao trabalho e imaginar (apenas imaginar sem direcionar) uma certa direção.

Dito isso, cumpre explicitar mais um ponto relevante para a organização do trabalho analítico. Os recortes selecionados do *corpus* para a consideração teórica são identificados pela letra **R**, que o identifica como recorte, seguida de numeração sequencial – **1**, **2**, **3** –, como **R1**, **R2** etc. Em casos específicos, utilizamos subdivisões alfabéticas, como **R1-**a e **R1-b,** de modo a identificar sequências enunciativas distintas dentro de um mesmo recorte.

Estabelecida essa convenção metodológica, passamos, a seguir, às análises do funcionamento semântico-enunciativo do enunciado "presunção de inocência" nos nossos recortes selecionados.

4.3 Do culpado ao não-culpado: o princípio da inocência em jogo

Vejamos, então, o funcionamento semântico-enunciativo da expressão "presunção de inocência" em recortes retirados do Acórdão supracitado, observando os sentidos produzidos no interior dos acontecimentos de enunciação. Para tanto, apresentamos aqui todos os recortes[13] que, conforme a convenção metodológica estabelecida, são identificados com a sigla R e suas respectivas numerações e/ou letras.

Nesse momento, voltamos nossa atenção ao voto do Relator, ministro Marco Aurélio, apresentado como **R1** e suas respectivas sequências: **R1-a** e **R1-b**:

> *O Presidente da República sustenta a compatibilidade, com a Lei Maior, do artigo 283 do Código de Processo Penal. Afirma que o preceito reproduz norma constitucional originária, buscando harmonizar o Direito Processual Penal ao ordenamento constitucional. Segundo destaca, "**a presunção de inocência** é direito*

[13] Ao longo das análises, os recortes são apresentados com recuo à esquerda de 3cm, espaçamento entre linhas 1,5, e fonte tamanho 11,itálico, quando ultrapassam mais de 3 linhas. Trata-se apenas de uma convenção metodológica para distingui-los das citações recuadas.

> *fundamental", surgindo a prisão como exceção. Diz ter este Tribunal adotado, em 2009, entendimento no sentido de o princípio da não culpabilidade mostrar-se incompatível com a execução da sentença antes do trânsito em julgado da condenação. Aponta a alteração da óptica no julgamento do habeas corpus nº 126.292, conforme orientação jurisprudencial firmada anteriormente. Reporta-se à manifestação do Ministério da Justiça, a tratar das alterações realizadas no Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011, direcionadas ao implemento de soluções alternativas à prisão (p. 9).* ***R1***

No Acórdão do STF que compõe o *corpus* desta pesquisa, o voto do relator é o primeiro a ser apresentado, sob o título **"Relatório"**, a partir do qual os demais ministros e ministras se posicionam, seja no acompanhamento ou na divergência do entendimento expresso.

Importa destacar, conforme os pressupostos teóricos que orientam esta análise (Guimarães, 2002, 2018), que não se trata aqui de considerar a pessoa empírica do ministro em sua atividade individual de fala, posto que o se toma em conta é o falante enquanto figura enunciativa, isto é, um sujeito agenciado pela língua, constituído discursivamente em um dado acontecimento de enunciação.

Desse modo, o Locutor que se constitui enquanto origem do dizer é significado na relação de alocução quando afetado por um lugar social do dizer, aqui identificado como alocutor-ministro Relator. É esse lugar que lhe confere a autoridade de enunciar o Relatório, procedimento discursivo inaugural do julgamento e que organiza os termos da controvérsia. Assim, o voto do relator é o primeiro movimento enunciativo da decisão colegiada.

De modo semelhante, os recortes **R2** e **R3** e suas sequências enunciativas também revelam a presença de um Locutor agenciado a dizer a partir de um lugar histórico e socialmente constituído: o de alocutor-ministro do STF. Em todos os casos, os votos proferidos no plenário da Suprema Corte são enunciados a partir desse lugar institucional específico, que configura o falante não como qualquer outro agente do campo jurídico – como, por exemplo, um juiz auxiliar –, mas como figura enunciativa investida na função de ministro/ministra do Supremo Tribunal Federal.

Considerando a perspectiva do dizer, ou seja, a relação entre aquele que enuncia e aquilo que é enunciado, devemos levar em conta que aquilo que o enunciado, mesmo quando atravessado pela força de uma performatividade característica da investidura institucional, agencia o falante em um lugar de enunciador individual. Isso ocorre porque o voto, enquanto

manifestação discursiva, carrega uma certa responsabilidade pessoal sobre o que se diz e sobre os modos de dizer.

Um voto proferido por um ministro do STF não se constitui como uma verdade universal válida a todos, uma vez que, enquanto manifestação parcial no processo deliberativo colegiado, ele representa apenas uma "parte" do processo decisório. Da mesma forma, não se trata de um enunciado coletivo, pois não expressa a posição do tribunal como um todo. Tampouco se configura como genérico, já que não representa um saber ou entendimento amplamente partilhado pela sociedade. Um voto, nesse sentido, é expressão de um enunciador individual, investido de responsabilidade em relação aos sentidos que coloca em circulação, no interior de uma estrutura institucional que o agencia discursivamente.

Por outro lado, ao tomarmos o Acórdão em sua totalidade – , ou seja, enquanto resultado final e vinculante do julgamento –, poderíamos pensar na constituição de um enunciador universal, uma vez que esse resultado é válido para toda a sociedade e obriga todas as instâncias do Judiciário nacional. No entanto, nesse momento da análise, interessa-nos observar os votos de forma individualizada, enquanto enunciados situados em acontecimentos singulares, marcados por configurações e relações textuais específicas. Por isso, tomamos os enunciadores, a princípio, como individuais, sem perder de vista que cada acontecimento enunciativo comporta uma historicidade própria na produção de sentidos.

Retornando ao recorte **R1**, observamos que o primeiro enunciado da sequência enunciativa se inicia com a seguinte formulação:

> *O Presidente da República sustenta a compatibilidade, com a Lei Maior, do artigo 283 do Código de Processo Penal. Afirma que o preceito reproduz norma constitucional originária, buscando harmonizar o Direito Processual Penal ao ordenamento constitucional.*

Ao enunciar, o alocutor-Ministro Relator, no acontecimento discursivo do voto, instaura uma relação de alusão a um outro lugar de enunciação, aquele que é ocupado pela posição discursiva do Presidente da República. Trata-se nesse caso, de um inscrição enunciativa que não se refere à pessoa empírica do Presidente, mas à constituição de uma figura de alocutor significada discursivamente por um lugar social específico, ou seja, por uma posição institucionalizada no interior da divisão política-institucional do Estado.

Esse alocutor, agenciado pela língua, é produzido como efeito de um dizer que se atualiza no acontecimento a partir de uma materialidade linguística situada e da memória discursiva que o institui. Assim, o que se enuncia é o efeito de sentido da enunciação anterior (o dizer do Presidente da República), reinscrito na cena enunciativa do voto como uma forma que atualiza a autoridade constitucional de quem diz.

Nesse funcionamento, o alocutor não é compreendido como sujeito empírico dotado de intencionalidade, mas como uma posição significada pela língua, resultante de um agenciamento que se dá no interior das relações sociais e institucionais historicamente constituídas. O sentido do que se diz, portanto, não decorre da individualidade de quem fala, mas da posição enunciativa investida de autoridade no acontecimento discursivo, de modo que o que emerge no voto do alocutor-Ministro Relator não é a voz de um indivíduo que cita outro, mas a atualização de um dizer originado em outro lugar de enunciação, reinscrito conforme a cena institucional que o possibilita.

Esse jogo enunciativo, ao instaurar a posição do Presidente da República como lugar de alocução institucional, aciona uma autoridade que permite que o dizer sobre a compatibilidade normativa seja compreendido como um enunciado de valor universal, ou seja, como um dizer investido de generalidade, válido para todos.

No enunciado "Afirma que o preceito reproduz norma constitucional originária", observa-se uma retoma anafórica por elipse de "O Presidente da República", anteriormente inscrito. Esse alocutor, como vimos, é significado pela posição institucional que ocupa, e sua voz é reinscrita no discurso do alocutor-Ministro Relator como um dizer de outro lugar de enunciação. Nesse processo, a expressão "preceito" funciona como uma reescrituração por condensação do artigo 283 do Código de Processo Penal, ao passo que "norma constitucional originária" condensa, por sua vez, o enunciado anterior "Lei maior". Tal funcionamento estabelece uma relação de equivalência semântica entre o artigo do Código e os princípios constitucionais, produzindo efeitos de sentido que apontam para a compatibilidade normativa entre o ordenamento infraconstitucional e a Constituição, mas uma constituição de legitimidade jurídica e institucional da norma penal frente à instância constitucional.

Em seguida, o alocutor-Ministro Relator enuncia: "Segundo destaca, 'a presunção de inocência é direito fundamental', surgindo a prisão como exceção". Neste fragmento, "Presidente da República" é reescriturado novamente por elipse – "Segundo destaca [o Presidente da República]" – que faz uma afirmação que, contudo, se constitui a partir de um

lugar de dizer de enunciador universal: “a presunção de inocência é direito fundamental”, sustentando algo numa direção pela qual se constitui que a inocência é direito basilar do ser humano, do direito fundamental da pessoa humana, o que nos permite observar que a produção dos sentidos de “presunção de inocência” se configura por uma relação de reescrituração por substituição, na e pela qual se institui uma relação sinonímica com o enunciado seguinte, ou seja, a presunção de inocência é direito fundamental, que se sustenta como uma verdade universal pelo lugar de dizer do enunciador. Por outro lado, “presunção de inocência” institui uma relação antonímica com “prisão como exceção”, pois, mesmo sendo uma exceção à regra, a prisão não se constitui como algo comum em relação à inocência alegada e atestada ao ser.

Seguindo no texto de **R1**, verificamos que “Supremo Tribunal Federal” é reescriturado por condensação pela forma “Tribunal”, que enuncia o entendimento de que “o princípio da não-culpabilidade” se mostra incompatível com a “execução da sentença antes do trânsito em julgado da condenação”. Percebemos, nesse funcionamento, que “presunção de inocência” é reescriturado por substituição, em que “inocente” é retomado como “não culpado”. Além disso, há uma relação de articulação por dependência entre “princípio da não-culpabilidade” e “mostrar-se incompatível com a execução da sentença antes do trânsito em julgado da condenação”, formando um único enunciado que instaura uma relação antonímica entre não-culpabilidade e execução antecipada da sentença. Essa relação se dá pelo sentido instituído pelo termo “incompatível”, que indica a ausência de sinonímia entre “não culpado” e “condenado”.

> *Execução provisória de condenação penal. Artigo 283, caput, do Código de Processo Penal. A Constituição reserva tônicas normativas distintas para* ***"presunção de inocência" (tratamento processual justo)*** *e "vedação de prisões arbitrárias". A garantia do artigo 5°, LVII, não viabiliza, nem mesmo por intermediação legislativa, uma associação inflexível entre "execução antecipada da pena" e "prisão arbitrária". Fosse assim, o conceito de crime inafiançável não faria sentido. Conferir interpretação hipergarantista à* ***presunção de inocência*** *equivale a embotar* ***os direitos fundamentais de vítimas e o valor do sistema de justiça para a coesão social****. A revisão jurisprudencial de 2016 repõe senso de coerência normativa na proteção dos bens jurídicos básicos da sociedade” (p. 11). -* ***R1-a***

Ao tomarmos a sequência enunciativa **R1-a**, que diz respeito ao mesmo voto recortado, observa-se que o enunciado “presunção de inocência” é reescriturado por repetição e, em

seguida, acompanhado pela expressão entre parênteses "tratamento processual justo", a qual funciona como uma reformulação interpretativa, que expande o sentido de presunção da inocência em termos de sua materialização no campo jurídico-processual. Adiante, considerando se a configuração da cena enunciativa, o enunciador individual alude a um enunciador universal (artigo 5º da constituição Federal), que se institui como lugar de dizer da ordem constitucional e que enuncia, como verdade válida a todos, que tal garantia dita neste artigo "[...] não viabiliza, [...] uma associação inflexível entre 'execução antecipada da pena' e 'prisão arbitrária'", o que mostra que essa relação se faz flexível e que executar a pena antecipadamente não se constitui em prisão arbitrária automaticamente. Portanto, ao se enunciar "vedação de prisões arbitrárias", determina-se um "tratamento processual justo", que se relaciona por uma articulação por coordenação, de modo que vedar tais prisões não significa impedir a execução antecipada da pena, mas, antes, que a prisão pode surgir como exceção à regra. Esse enunciado, que alude a um enunciador universal, sustenta o argumento de que, se fosse "inflexível" tal associação, não faria sentido o "conceito de crime inafiançável". Ou seja, é essa flexibilidade na associação entre execução antecipada da pena e prisão arbitrária que produz, em certa medida, sentidos para o conceito desse tipo de crime.

Adiante, no recorte, observa-se que o enunciado "presunção de inocência" é reescriturado por repetição; contudo, verifica-se também que a expressão funciona numa relação de articulação distinta, que nos permite observar, ainda, sentidos outros. Ao se dizer: "Conferir interpretação hipergarantista à presunção de inocência equivale a embotar os direitos fundamentais de vítimas e o valor do sistema de justiça para a coesão social", percebe-se que há em funcionamento uma relação de articulação por dependência, pela qual o primeiro enunciado dessa sequência – "conferir interpretação hipergarantista à presunção de inocência" – articula-se com "equivale a embotar os direitos fundamentais de vítimas", que por sua vez, articula-se por coordenação com "valor do sistema de justiça para a coesão social".

Essas articulações aproximam o enunciado como um todo e nos permitem observar as relações de determinação que se constituem com a expressão "presunção de inocência". Nesse caso, o enunciado "conferir interpretação hipergarantista à presunção de inocência" instala uma relação sinonímica com "embotar os direitos fundamentais de vítimas e o valor do sistema de justiça para a coesão social", e essa relação, que se dá no enunciado, funciona pelo termo "equivale", que pode ser parafraseado por:

(P1) conferir interpretação hipergarantista à presunção de inocência [é o mesmo/equivale)] a [enfraquecer/embotar] os direitos fundamentais de vítimas e o valor do sistema de justiça para a coesão social.

Isso nos mostra que hipergarantir uma interpretação da presunção de inocência, não permitindo, a qualquer tempo, a "execução antecipada da pena", ou seja, presumindo a inocência sem qualquer distinção dos casos, significa "o mesmo" que enfraquecer o direito fundamental de quem "sofre" com um determinado crime, no caso a vítima, e faz "perder o vigor", ou seja, desvalorizar o sistema de justiça que mantém a coesão social. Desse modo, o que se diz é que a interpretação do enunciado e da lei que trata a presunção de inocência deve ter um "limite" – naquilo que a "revisão jurisprudencial de 2016" faz ao repor senso de coerência normativa – para que, de fato, a presunção de inocência seja um tratamento processual justo tanto para quem comete o crime quanto para quem o sofre, a vítima.

> *Também não merece prosperar a distinção entre as situações de* ***inocência e não culpa****. A execução da pena fixada por meio da sentença condenatória pressupõe a configuração do crime, ou seja, a verificação da tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. É dizer, o implemento da sanção não deve ocorrer enquanto não assentada a prática do delito. Raciocínio em sentido contrário implica negar os avanços do constitucionalismo próprio ao Estado Democrático de Direito. Nas palavras de Gustavo Henrique Badaró (Processo penal. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 57):*
>
> > *Não há diferença de conteúdo entre* ***presunção de inocência e presunção de não culpabilidade****. As expressões "****inocente****" e "****não culpável****" constituem somente variantes semânticas de um idêntico conteúdo. É inútil e contraproducente a tentativa de apartar ambas as ideias – se é que isto é possível –, devendo ser reconhecida a equivalência de tais fórmulas. Procurar distingui-****las*** *é uma tentativa inútil do ponto de vista processual. Buscar tal diferenciação apenas serve para demonstrar posturas reacionárias e um esforço vão de retorno a um processo penal voltado exclusivamente para a defesa social, que não pode ser admitido em um Estado Democrático de Direito" (p. 7).* ***R1-b***

Vejamos agora o fragmento **R1-b,** que se constitui como uma continuação de **R1**. É interessante considerar que o enunciado de **R1-b** se inicia com um elemento articulador "Também", que o relaciona diretamente com o procedimento de reescrituração presente em **R1**, o qual opera entre "presunção de inocência" e "princípio da não-culpabilidade", o que indica que, assim como não se deve atribuir interpretação "hipergarantista" à presunção de inocência (**R1-a**), do mesmo modo não merece [não se deve] prosperar a distinção entre as situações de inocência e não culpa. Nesse caso, os sentidos seguem numa direção que reforça a relação sinonímica entre "presunção de inocência" e "princípio da não-culpabilidade", visto em **R1**.

O que se apresenta nesse enunciado é que os termos "inocência" e "não culpa" retomam "presunção de inocência" e "princípio da não culpabilidade" por condensação, instaurando – em articulação com **R1** – uma relação sinonímica entre os dois termos em questão, apresentando que não há, não deve haver, distinção entre essas duas situações. Por outro lado, nota-se que os termos "inocência" e "não culpa" se relacionam numa oposição com "A execução da pena fixada por meio da sentença condenatória" e "verificação da tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade". Esses dois elementos, por sua vez, mantêm entre si uma relação sinonímica, de modo que executar a pena fixada por meio de sentença condenatória [é] configurar o crime, a verificação da tipicidade, antijuridicidade e a culpabilidade, o que significa culpar antes de se configurar a culpa.

Ainda, observa-se que o enunciado "implemento da sanção" reescreve, por substituição, "sentença condenatória", colocando-o também numa relação antonímica com os termos "inocência" e "não culpa". Ao mesmo tempo, há aí uma relação sinonímica entre o enunciado "A execução da pena fixada por meio da sentença condenatória pressupõe a configuração do crime, ou seja, a verificação da tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade" e o que se segue: "É dizer, o implemento da sanção não deve ocorrer enquanto não assentada a prática do delito". Essa equivalência é construída por reescrituração por substituição, e se explicita na inserção implícita de "o mesmo que" em: "É dizer [o mesmo que], o implemento da sanção...".

Considerando esse funcionamento, é possível perceber que há, nas relações enunciativas, uma relação de alusão pela qual o enunciador individual faz referência aos dizeres de um enunciador universal, que enuncia afetado pela perspectiva da ciência, ou seja, daquele que tem em seus dizeres uma verdade válida a todos, uma verdade universal. Nesse sentido, afirma: "Não há diferença de conteúdo entre **presunção de inocência e presunção de não culpabilidade**. As expressões '**inocente** e **não culpável**' constituem somente variantes

semânticas de um idêntico conteúdo". No entanto, do ponto de vista teórico que mobilizamos, esse tipo de afirmação não se sustenta, pois não se observa, na palavra, um conteúdo semântico fixo e identidade de sentidos entre expressões ditas sinonímicas. A sinonímia expressa uma relação de proximidade e não de ser a "mesma coisa" no presente do acontecimento.

Há, desse modo, uma relação sinonímica no acontecimento do dizer pela qual o enunciado "presunção de inocência" funciona sinonimicamente com o enunciado "presunção de não culpabilidade", o que faz com que aquele que comete algum crime, ou não, é, antes da condenação, significado como inocente ou não-culpado, independentemente do resultado do julgamento. Esse tipo de relação nos permite observá-la somente no acontecimento específico em que se produz, pois não é possível afirmar que uma "criança é inocente" e considerar que isso possui o mesmo conteúdo de "fórmula semântica" que dizer que uma criança é "não-culpada". Portanto, essa aproximação de sentidos ocorre no e somente no recorte analítico tomado aqui como *corpus* dessas análises.

E, nesse caso específico, a equivalência dos termos se estabelece no âmbito jurídico, o que se revela por uma retomada anafórica: que "Procurar distingui-las [presunção de inocência e presunção de não culpabilidade] é uma tentativa inútil do ponto de vista processual". Dessa maneira, ser inocente e/ou não culpado, no ponto de vista processual, seria dizer a "mesma coisa", e tentar diferenciá-las seria negar um "Estado Democrático de Direito", como se observa no seguinte trecho: "Buscar tal diferenciação apenas serve para demonstrar posturas reacionárias e um esforço vão de retorno a um processo penal voltado exclusivamente para a defesa social, que não pode ser admitido em um Estado Democrático de Direito".

> *A possibilidade de início da execução da pena após decisão condenatória de 2º grau não desrespeita o princípio da* ***presunção de inocência, que é uma presunção juris tantum*** *e exige, para ser afastada, a existência de um mínimo necessário de provas produzidas por meio de um devido processo legal e que está prevista no art. 9º da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 26/8/1789 ("****Todo o acusado se presume inocente até ser declarado culpado****").*
>
> ***A presunção de inocência*** *condiciona toda condenação a uma atividade probatória produzida pela acusação e veda, taxativamente, a condenação, inexistindo as necessárias provas, devendo o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbítrio.*

> *Trata-se de um dos* ***princípios basilares*** *do Estado de Direito como garantia processual penal, visando à tutela da liberdade pessoal e possui quatro básicas funções:* ***(a) limitação à atividade legislativa; (b) critério condicionador das interpretações das normas vigentes; (c) critério de tratamento extraprocessual em todos os seus aspectos (inocente); (d) obrigatoriedade de o ônus da prova da prática de um fato delituoso ser sempre do acusador. R2***

Passemos agora à consideração de **R2** e de como o enunciado "Presunção de Inocência" funciona nesse recorte. Observa-se, incialmente, a formulação:

> *A possibilidade da execução da pena após decisão condenatória de 2º grau não desrespeita o princípio da* ***presunção de inocência que é uma presunção juris tantum*** *e exige, para ser afastada, a existência de um mínimo necessário de provas produzidas por meio de um devido processo legal e que está prevista no art. 9º da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 26/8/1789 ("todo o acusado se presume inocente até ser declarado culpado").* ***R2***

De início, há dois aspectos que devemos considerar. O primeiro refere-se ao fato de que condenação em 2º instância, ou seja, após já ter ocorrido uma condenação anterior em um tribunal, não estabelece uma relação antonímia com a presunção de inocência, uma vez que não a desrespeita. Com isso, verifica-se que o alocutor-Ministro do STF apresenta os dizeres de um enunciador individual, assumindo uma certa responsabilidade individual pelo que diz, como que numa avaliação a respeito daquilo que se diz na enunciação.

O segundo aspecto diz respeito ao modo como o enunciado "presunção de inocência" é reescriturado por substituição como "presunção *juris tantum*". Essa reescrituração ocorre por meio de uma articulação por coordenação, introduzida pelo pronome relativo "que", o qual retoma anaforicamente o primeiro enunciado "presunção de inocência" e o coloca numa relação de sinonímia com o segundo enunciado "*presunção juris tantum*".

Ao analisarmos esse segundo aspecto, nota-se que essa retomada por substituição produz sentidos de determinação, pelos quais a "presunção *juris tantum*" rediz e determina os sentidos de "presunção de inocência". Além disso, observa-se que o funcionamento do enunciado em latim inscreve um litígio no espaço de enunciação do português do Brasil, no

qual a língua latina disputa espaço com o português brasileiro — algo comum na chamada "linguagem jurídica".

Dizer que a presunção de inocência é uma presunção *juris tantum* é determinar seus sentidos como uma "presunção relativa", ou seja, como algo válido até que se prove o contrário. Nesse sentido, afirmar isso constitui um argumento para a exigência de um mínimo necessário de provas produzidas por meio legal, o que se sustenta ao recortar como memorável o artigo 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789: "todo o acusado se presume inocente até ser declarado culpado". Adiante, a expressão "presunção de inocência" é reescriturada por repetição, instalando uma relação de articulação por dependência, como se vê na formulação: "A presunção de inocência condiciona toda condenação a uma atividade probatória produzida pela acusação e veda, taxativamente, a condenação, inexistindo as necessárias provas, devendo o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbítrio".

É possível observar que, nessa formulação, o enunciado "presunção de inocência" estabelece relação antonímica com "condenação", "culpabilidade do indivíduo" e "total arbítrio". E isso é relevante, pois não se trata de afirmar que um indivíduo não possa ser considerado culpado por algum crime cometido, mas sim que essa culpabilidade só pode ser afirmada com base em provas suficientes, já que, constitucionalmente, o indivíduo é presumido inocente. Condenar sem as devidas provas equivale a um retorno ao arbítrio estatal, contrariando o Estado Democrático de Direito e o direito à inocência.

Em seguida, o enunciado é retomado anaforicamente pelo pronome "-se" em "trata-se" e novamente reescriturado por substituição como "princípios basilares", o que determina os sentidos da "presunção de inocência". Observa-se ainda que essa reescrituração instala uma articulação por coordenação entre "princípios basilares", "Estado de Direito" e "garantia processual penal", determinando a "presunção de inocência", como mostram as reformulações a seguir:

(P1) A presunção de inocência é um princípio basilar do Estado de Direito;

(P2) A presunção de inocência é uma garantia processual penal.

Essas paráfrases evidenciam a instalação de uma relação sinonímica entre "presunção de inocência" e os termos "princípios basilares do Estado de Direito" e "garantia processual penal".

Além disso, deve-se considerar que a presunção de inocência diz respeito à "liberdade pessoal" e que nela estão contidas quatro funções que a significam enquanto tal, conforme se observa no procedimento de articulação por coordenação. Assim, é fundamental considerar que, no presente da enunciação, a presunção de inocência funciona como:

- [A presunção de inocência se trata de] limitação à atividade legislativa;
- [A presunção de inocência se trata de] critério condicionador das interpretações das normas vigentes;
- [A presunção de inocência se trata de] critério de tratamento extraprocessual em todos os seus aspectos (inocente);
- [A presunção de inocência se trata de] obrigatoriedade de o ônus da prova da prática de um fato delituoso ser sempre do acusador.

> *Segundo a linha de raciocínio indicada por Tornaghi,* ***há uma nítida diferença entre a presunção de inocência e a de não-culpabilidade****:* ***o princípio da presunção de inocência*** *não serve para justificar, por exemplo, o ônus da prova nos casos em que se invocam as excludentes de ilicitude. Levado às últimas consequências, ao se admitir um* ***princípio da inocência****, caberia à acusação demonstrar que não houve legítima defesa ou estado de necessidade. Essa argumentação, que visa a afastar as críticas no emprego da expressão "****presunção de inocência****", é indício da proximidade que os conceitos de* ***presunção de inocência e não culpabilidade*** *têm no texto constitucional brasileiro.* ***R3***

Passando-se agora para o recorte **R3**, há uma relação pela qual o enunciador individual faz alusão aos dizeres de outro enunciador, um enunciador universal, que fala a partir do lugar da ciência jurídica. Nessa alusão, mobiliza dizeres que enunciam: "há uma nítida diferença entre a presunção de inocência e a de não culpabilidade...". Esse aspecto é particularmente interessante, pois, em outro recorte, pudemos verificar que "presunção de inocência" e "presunção de não culpabilidade" instauraram relações sinonímicas, com aproximação de sentidos entre os enunciados. Aqui, entretanto, se observa agora uma relação de antonímia, na qual os sentidos das expressões se distanciam pela diferença entre as duas. Ou seja, ser inocente e ser não-culpado não significam condições sinonímicas, mas um distanciamento antonímico que coloca esses termos em litígio no centro do acontecimento.

Contudo, é necessário observar que o fato de o "princípio da presunção de inocência" não justificar o ônus da prova nos casos em que se invocam as excludentes de ilicitude – e que, ao se admitir um princípio de inocência, a acusação deve demonstrar que não houve legítima defesa ou estado de necessidade – constitui argumento que sustenta uma certa proximidade entre os sentidos de presunção de inocência e não culpabilidade na Constituição Federal brasileira. Esse argumento faz com que a necessidade de comprovação passe daquele que se julga inocente para aquele que o acusa como culpado, ou seja, não cabe ao acusado mostrar sua inocência, mas sim à acusação apresentar indícios de culpa do acusado, o que revela o funcionamento de um paradoxo no texto constitucional brasileiro e justifica críticas quanto ao emprego da expressão "presunção de inocência".

Na Teoria do Acontecimento, o político e o memorável operam como dimensões essenciais da produção de sentidos nos votos dos ministros do STF sobre a presunção de inocência. Esses votos não se limitam a interpretações técnicas da Constituição, mas se inscrevem em um campo discursivo marcado por disputas ideológicas e relações de força, tornando-se acontecimentos de linguagem que reverberam além do momento da decisão. No julgamento da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, essa disputa se evidenciou na oposição entre os ministros garantistas e punitivistas. De um lado, os garantistas, como Gilmar Mendes e Celso de Mello, sustentaram a interpretação da Presunção de Inocência como um direito fundamental absoluto, reforçando um sentido do texto constitucional que prioriza a proteção do indivíduo contra o arbítrio estatal. De outro, ministros como Edson Fachin e Luís Roberto Barroso defenderam uma leitura que relativiza esse princípio em nome da eficácia da Justiça, inscrevendo um sentido jurídico voltado ao combate à impunidade e à celeridade processual. O que está em jogo, portanto, não é apenas a aplicabilidade de um dispositivo legal, mas a produção e estabilização de sentidos que orientam o funcionamento do direito e impactam diretamente a relação entre o Estado e a sociedade.

O modo como esses votos são proferidos e registrados no acórdão faz com que certos enunciados ultrapassem o contexto imediato do julgamento e se inscrevam na memória discursiva do direito, tornando-se marcos na interpretação constitucional. No caso da presunção de inocência, os votos dos ministros nos julgamentos de 2016 e 2019 se tornaram memoráveis porque marcaram momentos decisivos na disputa de sentidos sobre esse princípio. O julgamento de 2016, em que prevaleceu a tese da prisão após condenação em segunda instância, consolidou um discurso punitivista que ganhou força no cenário nacional, sendo utilizado como

fundamento para decisões posteriores, especialmente em processos relacionados ao combate à corrupção. Já em 2019, quando o STF reviu essa posição e reafirmou a presunção de inocência plena, votos como os de Gilmar Mendes e Celso de Mello adquiriram um estatuto memorável, pois foram centrais na reconfiguração dos sentidos da norma, deslocando o entendimento jurídico para um posicionamento mais garantista.

O memorável, nesse contexto, não é simplesmente aquilo que se repete, mas aquilo que produz um deslocamento significativo no campo do direito, funcionando como referência para futuras interpretações e disputas discursivas. Os votos dos ministros não apenas documentam uma decisão, mas criam um lugar de memória no discurso jurídico, em que os sentidos do que é constitucional ou inconstitucional, justo ou injusto, legítimo ou ilegítimo continuam a ser negociados e ressignificados ao longo do tempo. Assim, o julgamento da presunção de inocência não se esgota no instante da decisão, mas se inscreve na história da interpretação constitucional, reafirmando o caráter vivo e dinâmico do direito enquanto acontecimento de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a Presunção de Inocência no âmbito das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da perspectiva da Semântica do Acontecimento, com base nas contribuições de Eduardo Guimarães (2018, 2013, 2012, 2009, 2007 e 2002). A investigação demonstrou que esse princípio jurídico não possui um significado estável e fixo, mas constitui-se como uma cena produzida nas condições de enunciação que o mobilizam. Sua interpretação, longe de ser apenas uma aplicação normativa, opera como um acontecimento de linguagem, instaurando novos modos de dizer o direito e ressignificando a relação entre Estado e indivíduo no campo jurídico.

O percurso analítico revelou que a Presunção de Inocência, prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, tem sido mobilizada em diferentes cenas enunciativas, em que sentidos heterogêneos emergem em função das condições históricas e políticas que as constituem. Nos votos dos ministros do STF, observou-se que os sentidos produzidos não são neutros, mas atravessados por uma historicidade que, ao longo da história de enunciação de "presunção de inocência", instauram deslocamentos interpretativos a cada acontecimento enunciativo, revelando que a materialidade jurídica não se restringe à literalidade textual normatizada, mas se reinscreve continuamente no funcionamento da linguagem.

A análise dos julgamentos paradigmáticos de 2016 e 2019, possibilitou-nos compreender que a Presunção de Inocência opera como um lugar de memória, que se atualiza e se transforma na medida em que novos acontecimentos reinscrevem seus sentidos. Em 2016, a tese da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância instaurou um funcionamento enunciativo pautado no combate à impunidade e na eficácia da justiça, deslocando o princípio para um regime de interpretação que relativizava a noção de não culpabilidade. Em 2019, a retomada da leitura garantista reconfigurou os sentidos dessa categoria jurídica, reinscrevendo-a em um horizonte enunciativo que enfatiza a proteção do indivíduo contra o arbítrio estatal.

Esses deslocamentos apontam para a relação indissociável entre a interpretação jurídica e o acontecimento de linguagem, pois a cada novo julgamento o direito é ressignificado, constituindo-se, assim, a própria história de enunciação de "presunção de inocência", instaurando-se novas possibilidades de sentidos no acontecimento. O funcionamento da Presunção de Inocência, desse modo, não pode ser compreendido ou limitado semanticamente

como a aplicação de um dispositivo normativo estrutural jurídico, mas como um efeito de linguagem que se constitui na historicidade das condições do acontecimento enunciativo.

A pesquisa reafirma, assim, que a Presunção de Inocência não se estabiliza como um princípio jurídico absoluto e atemporal, mas opera em um campo de disputas de sentidos, no qual distintas formulações de linguagem buscam sua estabilidade semântica, mas sempre sujeitas a novas interpretações, mesmo que aparentemente se mostrem como unas. A noção de não culpabilidade, frequentemente associada a esse princípio, não se apresenta como um dado prévio, mas como uma cena enunciativa que se movimenta conforme as condições históricas que sustentam sua formulação.

Diante do exposto, a Presunção de Inocência deve ser compreendida como uma categoria jurídica cujo funcionamento enunciativo evidencia sua instabilidade constitutiva, sendo permanentemente ressignificada nos embates interpretativos que marcam o direito e a sociedade. Nesse sentido, este trabalho nos mostra a centralidade da linguagem na constituição dos sentidos jurídicos, demonstrando que o direito não se restringe a um sistema normativo fechado, mas se constitui em um movimento contínuo de significação constitutivo do próprio funcionamento de linguagem construído pela relação da língua, do sujeito e da história enquanto prática social.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. **A tradução como reescrituração por uma perspectiva enunciativa**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2022.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. L. S. S. de Vasconcelos. Lisboa: Lisboa, 2002.

BECCARIA, Cesare. **Dei delitti e delle pene**. Livorno: Marco Coltellini, 1764.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães *et al*.; revisão técnica de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria Gabriela Novak; Maria Luiza Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2004.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Trad. Aída Ferrás *et al*. São Paulo: Educ, 1992.

DA SILVA, Giseli Veronêz; KARIM, Taisir Mahmudo. Reescrituração: patrimônio – um percurso enunciativo. **Linguasagem**, v. 29, n. 1, p. 69–86, 2018.

DALLA PRIA, Albano; KARIM, Taisir Mahmudo. A determinação semântica de falso como gesto de dúvida (modalidade) e de bloqueio (alteridade) no acontecimento enunciativo. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 22, n. 1, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDEZ, Rose Kelly dos Santos Martinez. **O acontecimento do julgamento da Ação Penal 937**: os sentidos de foro por prerrogativa de função na enunciação do voto do relator. Cáceres, 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. Argumentação e argumentatividade. **Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9, n. 2, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49–68, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. *In*: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (org.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

KARIM, Taisir Mahmudo; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. De incivilizados a descivilizados: um percurso do nome vândalos. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli; MASSMANN, Débora; DOMINGUES, Andrea Silva (org.). **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: Univás, 2018. p. 157–171.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes; RG, 2006.

RANELLETTI, Oreste. **Istituzioni di diritto pubblico**: il nuovo diritto pubblico italiano. 3. ed. rev. Padova: Cedam, 1932.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SZUBRIS, Elisandra Benedita; DALLA PRIA, Albano. Por uma problemática da significação linguística. **Revista Ecos**, v. 29, n. 2, 2020.